



UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física – PPGCAF

JAQUESSON SERPA

**O ESPORTE COMO FERRAMENTA DE SUPERAÇÃO E
INCLUSÃO NO PROJETO SAPECA**

Niterói

2026

JAQUESSON SERPA

**O ESPORTE COMO FERRAMENTA DE SUPERAÇÃO E
INCLUSÃO NO PROJETO SAPECA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física, da Universidade Salgado de Oliveira, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Atividade Física. Área de Concentração: Aspectos Biodinâmicos e Socioculturais das Atividades Físicas. Linha de Pesquisa: Educação Física, Atividade Física, Esporte e Manifestações Culturais. Projeto de Pesquisa: Educação Física, Esporte e Atividade Física para o Desenvolvimento Sustentável e a Paz.

ORIENTADORA: Dra. Renata de Sá Osborne da Costa

Niterói

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Serpa, Jaquesson.

O esporte como ferramenta de superação e inclusão no Projeto Sapec. /
S486 Jaquesson Serpa. – Niterói, RJ, 2026.

xi, 12-87.; il.

[Numeração da publicação: [i] – xi -12-87p.

Referências: P. 60-66.

Apêndice: P. 67-73.

Anexo: P. 74-87.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata de Sá Osborne da Costa.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Atividade Física) - Universidade
Salgado de Oliveira, 2026.

1. Esporte para crianças e adolescentes - Projetos. 2. Esporte - Inclusão
social – Projeto SAPECA. 3. Projeto SAPECA – Conceição do Castelo (ES).
I. TÍTULO.

CDD 613.7098152

Elaborado pela Biblioteca Universo Niterói, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a), sob a
responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

JAQUESSON SERPA

“O ESPORTE COMO FERRAMENTA DE SUPERAÇÃO E INCLUSÃO NO PROJETO SAPECA”

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências da Atividade Física, aprovada no dia 18 de junho de 2026 pela banca examinadora, composta pelos professores:

Documento assinado digitalmente
 **RENATA DE SA OSBORNE DA COSTA**
Data: 18/06/2026 19:29:23-0300
verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Renata de Sá Osborne da Costa

Professora do PPG em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Documento assinado digitalmente
 **MARCELO FARIA PORRETI**
Data: 18/06/2026 19:30:07-0300
verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Marcelo Faria Porreti

Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ)

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO DA SILVA**
Data: 18/06/2026 00:28:30-0300
verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Alberto Figueiredo da Silva

Professor do PPG em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa, primeiramente, a Deus, que sempre me sustentou, guiou e iluminou em cada passo desta trajetória, marcada por desafios, idas e vindas até a concretização deste estudo. Dedico-a também aos meus pais, irmãos e amigos, que me apoiaram incondicionalmente ao longo dessa jornada e constituem a base que me fortalece. De modo especial, ao meu amigo Renato Pertele, pelo incentivo decisivo para que eu ingressasse no curso de mestrado, e à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Renata Osborne, pela paciência, dedicação e valiosa colaboração para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTO

Agradeço à instituição de ensino Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), essencial em meu processo de formação acadêmica, que, com paciência e acolhimento, possibilitou meu ingresso após três processos seletivos e contribuiu significativamente para minha trajetória ao longo de todo o curso. Sou grato por todo o conhecimento adquirido e pelas oportunidades proporcionadas durante esse percurso formativo.

Aos professores, expresso minha sincera gratidão pelos ensinamentos, conselhos, apoio constante e pela paciência com que conduziram meu processo de aprendizagem, contribuindo de forma decisiva para minha formação acadêmica e pessoal.

Em especial, agradeço à Professora Doutora Renata de Sá Osborne da Costa, minha orientadora, que ampliou meus horizontes acadêmicos e profissionais, incentivando-me a ultrapassar barreiras, a enxergar além dos muros e a desenvolver um olhar crítico e investigativo próprio do pesquisador. Seu estímulo contínuo, apoio e rigor acadêmico foram fundamentais para o aprimoramento da minha escrita científica e para a redefinição dos rumos da minha trajetória de vida.

Aos amigos de turma o Alexandre, Clarice, Delson, Naiara e Vivian, minha gratidão pela convivência, parceria e amizade construída, que, mesmo restrita aos momentos em sala de aula, revelou-se intensa, significativa e essencial ao longo dessa caminhada.

Ao Projeto SAPECA, instituição que me acolheu e me concedeu a oportunidade de implantar, desenvolver e aprimorar ações educativas e sociais, fundamentais para a consolidação desta pesquisa. Aos alunos do Projeto SAPECA, com quem compartilhei experiências ao longo desses anos, agradeço pelo incentivo, pelas trocas constantes e pelo impacto significativo que tiveram em minha formação, contribuindo diretamente para o meu desenvolvimento enquanto pesquisador.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho, enriquecendo meu processo de aprendizagem e tornando possível a concretização desta pesquisa.

EPÍGRAFE

"A pesquisa não é apenas uma busca por respostas, mas uma jornada onde cada resposta traz novas questões, desafiando-nos a expandir ainda mais os limites do conhecimento." Karl Popper

RESUMO

O esporte tem sido amplamente reconhecido como uma importante ferramenta de promoção da inclusão social, da cidadania e da saúde, especialmente em comunidades vulneráveis. Nesse contexto, os projetos esportivos sociais configuram-se como relevantes instrumentos de políticas públicas, ao oferecerem oportunidades de desenvolvimento educacional, social e pessoal. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições do Projeto SAPECA para a formação integral de seus participantes no município de Conceição do Castelo, Espírito Santo. Trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, que utiliza análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas com o coordenador, estagiários e ex-participantes do projeto. A análise dos dados ocorre por meio da análise de conteúdo, permitindo a identificação das principais contribuições e dos desafios da iniciativa. Os resultados evidenciam que o Projeto SAPECA desempenha papel relevante na promoção da inclusão social, no fortalecimento da autoestima, na melhoria da convivência familiar e comunitária e no desenvolvimento de valores como respeito, disciplina, cooperação e responsabilidade. O estudo também demonstra que o projeto favorece a permanência escolar, amplia as oportunidades de socialização e contribui para reduzir a exposição de crianças e adolescentes a situações de vulnerabilidade social. Os participantes reconhecem que o projeto ultrapassa a dimensão da prática esportiva, constituindo-se como um espaço de formação cidadã, convivência e desenvolvimento humano. Por outro lado, a pesquisa identifica desafios relacionados à limitação da capacidade de atendimento, à necessidade de ampliação da infraestrutura, ao fortalecimento da formação continuada dos profissionais e ao aumento dos investimentos públicos, considerando que parcela significativa das crianças e adolescentes do município permanece fora das ações desenvolvidas pelo projeto. Dessa forma, o Projeto SAPECA evidencia que o esporte, quando articulado às políticas de educação e assistência social, constitui um instrumento efetivo de inclusão social e desenvolvimento integral, além de reforçar a necessidade de ampliação e fortalecimento das políticas públicas voltadas ao esporte social para ampliar seu alcance e seus impactos na comunidade.

Palavras Chaves: Projetos Esportivos, inclusão social, Brasil, esporte, lazer, projeto sapeca.

ABSTRACT

Sport is widely recognized as a key tool for promoting social inclusion, citizenship, and health, particularly in vulnerable communities. In this context, social sports projects serve as significant public policy instruments by offering opportunities for educational, social, and personal development. This research aims to analyze the contributions of the SAPECA Project to the holistic development of its participants in the municipality of Conceição do Castelo, Espírito Santo. It is a qualitative case study employing document analysis, participant observation, and semi-structured interviews with the project coordinator, interns, and former participants. Data analysis was conducted using content analysis, enabling the identification of the initiative's main contributions and challenges. The results show that the SAPECA Project plays a significant role in promoting social inclusion, boosting self-esteem, improving family and community relationships, and fostering values such as respect, discipline, cooperation, and responsibility. The study also demonstrates that the project encourages school retention, expands socialization opportunities, and helps reduce children's and adolescents' exposure to situations of social vulnerability. Participants acknowledge that the project goes beyond mere sports practice, serving as a space for civic education, social interaction, and human development. Conversely, the research identifies challenges regarding limited service capacity, the need for infrastructure expansion, the strengthening of professional development, and the need for increased public investment, given that a significant portion of the municipality's children and adolescents remains outside the project's scope. Thus, the SAPECA Project demonstrates that sport—when integrated with education and social welfare policies—serves as an effective instrument for social inclusion and holistic development, while also highlighting the need to expand and strengthen public policies focused on social sports to increase their reach and community impact.

Keywords: Sports Projects, social inclusion, Brazil, sport, leisure, sapeca project.

LISTA DE ABREVIATURAS

LIE - Lei de incentivo ao Esporte

ONG's - Organizações não-governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PIS - Projetos de Inclusão Social

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

INCA - Instituto Nacional do Câncer

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

SAPECA - Serviços Assistenciais de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

ES - Espírito Santo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Justificativa	16
1.2 Objetivo Geral	17
1.3 Objetivo específico	17
2. REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 Inclusão Social no Brasil	18
2.2 Esporte Educacional	20
2.3 Esporte, Atividade Física e Projetos Esportivos Sociais	21
2.4 Resultados e Transformações em Projetos Esportivos Recentes	22
2.5 O Esporte como Política Pública de Transformação	26
2.6 Comparação dos Projetos Esportivos Sociais no Exterior e no Brasil	28
2.7 Salvaguarda: Uma Abordagem Referenciada	30
2.8 Agenda 2030 e Projetos Esportivos Sociais	32
3. MÉTODOS	35
3.1 Fontes de Evidência e Triangulação	35
3.2 Análise e Ética da Pesquisa	38
3.3 Devolutiva dos Resultados	38
3.4 Autorreflexividade	39
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	42
4.1 Trajetória do Projeto Sapeca	43
4.2 A Visão da Coordenação	46
4.3 A importância do projeto na vida dos participantes	49
4.4 Trajetória Profissional	50
4.5 Vivências e Aprendizados do Projeto Sapeca	52
4.6 Modelo de Gestão e Sustentabilidade Institucional do Projeto SAPECA ...	55
4.7 O Manual de Boas Práticas para Projetos Esportivos Sociais	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
Apêndices e Anexos	67
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	67
Apêndice B - Entrevistas	70
Apêndice C - Manual de Boas Práticas para Projetos Esportivos Sociais	73
Anexo A - Termo de autorização de comitê de ética	74
Anexo B - Produções acadêmicas	75
Anexo C - Ficha de cadastramento	84
Anexo D - Termo de autorização para disponibilização de trabalhos científicos	86
Anexo E - Relatório de autenticidade da dissertação	87

1. INTRODUÇÃO

O esporte, historicamente, tem sido considerado uma prática capaz de proporcionar o desenvolvimento físico, mas também de contribuir para a formação ética, social e educacional dos indivíduos. A utilização do esporte como ferramenta de transformação social começou a ser mais valorizada a partir das últimas décadas, com a ampliação das políticas públicas esportivas voltadas para a promoção da inclusão social. No Brasil, esses projetos têm como foco a inclusão de populações em situação de vulnerabilidade, com especial atenção para crianças, adolescentes e jovens em comunidades periféricas, em situação de risco e em contextos de alta violência.

Os autores Starepravod e Santos, (2014) afirmam que desde a Constituição Federal de 1988, que reconhece o esporte como direito social, o país tem avançado em políticas públicas que visam democratizar o acesso à prática esportiva, principalmente por meio de projetos esportivos sociais. A ideia central dessas políticas é que o esporte seja uma ferramenta de transformação social, proporcionando oportunidades de lazer, educação e desenvolvimento humano para aqueles que mais precisam. No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios em relação à implementação e à continuidade dessas iniciativas, como a falta de infraestrutura, a gestão ineficaz e a escassez de recursos.

Nesse cenário, destaca-se a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que reconhecem o esporte como instrumento para o desenvolvimento sustentável, a paz e os direitos humanos. A Agenda 2030 ONU, (2015) inclui o esporte como mecanismo de promoção de saúde, igualdade de gênero, educação e inclusão. A UNESCO (2006) propõe o conceito de “esporte educacional”, defendendo práticas que respeitem a diversidade cultural, incentivem a cooperação e valorizem o protagonismo juvenil.

Segundo Bracht (2001), um dos principais autores na área de esporte e sociedade, destaca que o esporte possui um grande potencial para promover a socialização e a inclusão de indivíduos em situações de vulnerabilidade. Para Bracht, os projetos esportivos sociais devem ser compreendidos como ações de promoção de cidadania, que vão além da prática do exercício físico, abordando questões sociais como respeito, cooperação e trabalho em equipe. Coletivo de Autores, (2013) defende que o esporte, quando aliado a programas de educação, pode servir como um mecanismo de inclusão, oferecendo aos indivíduos a oportunidade de se desenvolverem tanto no plano social quanto psicológico.

Mendes e Azevêdo (2010) defendem que as políticas públicas de esporte e lazer devem ser articuladas às políticas educacionais, de modo a ampliar as oportunidades de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Os autores argumentam que, quando o esporte é concebido como um direito social e desenvolvido em uma perspectiva educativa, ele contribui para a formação cidadã, favorecendo a construção de valores como respeito, cooperação, ética e responsabilidade social. Nessa perspectiva, a integração entre esporte e educação fortalece ações voltadas à inclusão social e à democratização do acesso às práticas esportivas, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade.

Os projetos esportivos sociais têm se consolidado como uma estratégia importante para a inclusão social e o combate às desigualdades, especialmente em comunidades de alta vulnerabilidade. A prática do esporte vai além de um simples meio de entretenimento ou lazer; ela tem sido reconhecida como uma poderosa ferramenta para promover a saúde física e mental, além de ajudar na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel social. Os projetos esportivos sociais têm como objetivo proporcionar oportunidades para aqueles que, muitas vezes, têm acesso restrito a atividades que favorecem o desenvolvimento humano, criando um ambiente no qual o esporte pode ser um veículo de transformação social.

Diversos autores se dedicam a analisar as políticas públicas que envolvem o esporte, destacando tanto os benefícios quanto os desafios desses programas. Nicolau, (2016), por exemplo, em seu estudo sobre a implementação e os impactos das políticas públicas de esporte, enfatiza a importância de um planejamento estratégico para garantir que os projetos esportivos atinjam as populações mais necessitadas. Nicolau também aponta as dificuldades encontradas, como a falta de recursos financeiros e a ausência de uma infraestrutura adequada para a realização de atividades esportivas em muitas regiões do Brasil. Segundo ele, esses fatores comprometem a eficácia das políticas e limitam seu alcance e impacto.

Outros autores que contribuem para a reflexão sobre o papel do esporte na inclusão social são Müller e Simões, (2014). Em sua pesquisa, destacam o esporte como uma ferramenta educativa e social no contexto das escolas e comunidades. Eles argumentam que os projetos esportivos implementados em ambientes escolares podem contribuir para a formação de habilidades socioemocionais, como disciplina, respeito ao próximo e cooperação. Além disso, esses projetos têm o poder de reduzir comportamentos agressivos e prevenir o envolvimento de jovens em situações de risco, como o uso de

substâncias ilícitas e a violência urbana, por exemplo. Assim, a escola se torna um espaço onde o esporte exerce uma função de proteção social, ajudando a criar uma atmosfera mais saudável para o desenvolvimento dos alunos.

A relação entre esporte e educação é também explorada por Coelho (2010), que argumenta que as políticas públicas esportivas têm um papel fundamental na promoção da cidadania e da integração social. A autora defende que o esporte tem um potencial imenso para formar indivíduos críticos, capazes de compreender a importância da participação ativa na sociedade. Ao proporcionar oportunidades para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, o esporte oferece uma alternativa à exclusão social, criando um espaço onde os participantes podem se sentir parte de algo maior. Coelho também observa que os projetos esportivos têm o poder de promover valores como a solidariedade, o respeito à diversidade e a tolerância, elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além das questões educacionais e sociais, os projetos esportivos também são um campo de atuação para a promoção da saúde. O esporte, quando praticado de forma regular, contribui para a prevenção de uma série de doenças crônicas, como a obesidade, a hipertensão e o diabetes. Os autores Silva e Freitas, (2013) discutem a importância dos projetos esportivos na melhoria da saúde pública, observando que eles podem reduzir o impacto das doenças relacionadas ao sedentarismo, ao mesmo tempo em que melhoram o bem-estar psicológico dos participantes. Para esses autores, o esporte é uma ferramenta multifacetada, que atua tanto na melhoria da saúde física quanto no fortalecimento da saúde mental, prevenindo doenças como a depressão e a ansiedade, especialmente em populações mais vulneráveis.

Entretanto, apesar dos benefícios indiscutíveis, a implementação de políticas públicas esportivas enfrenta diversos desafios. A falta de continuidade nas ações, que muitas vezes são interrompidas por questões políticas ou orçamentárias, é um problema recorrente. Além disso, a capacitação inadequada dos profissionais envolvidos nos projetos esportivos e a escassez de espaços adequados para a prática do esporte em algumas regiões também dificultam a eficácia dessas iniciativas.

A sustentabilidade dos projetos esportivos é outro aspecto que precisa ser melhorado nas políticas públicas. De acordo com estudos como os de Müller e Simões, (2014), é essencial que as iniciativas não dependam exclusivamente de financiamento público, mas que envolvam parcerias com o setor privado e a comunidade local. As parcerias podem ser uma solução para a criação de recursos adicionais, além de promover

a conscientização sobre a importância da inclusão social por meio do esporte. Para que esses projetos alcancem um impacto duradouro, é necessário que haja uma gestão eficaz, que possa adaptar as estratégias às necessidades específicas de cada comunidade.

O gerenciamento eficiente dos projetos esportivos também implica na capacitação contínua dos profissionais envolvidos, garantindo que estes possuam as habilidades e o conhecimento necessário para lidar com os desafios específicos de cada região. Além disso, é fundamental que exista uma avaliação constante das iniciativas, para que os resultados sejam monitorados e ajustados conforme necessário. A criação de uma rede de apoio formada por educadores, gestores públicos e membros da comunidade é crucial para a continuidade e sucesso desses projetos. Quando bem estruturados, esses projetos podem contribuir não apenas para a inclusão social, mas também para o fortalecimento do senso de pertencimento e cidadania, criando um legado de transformação nas comunidades atendidas.

Na região Sul do Espírito Santo no município de Conceição do Castelo, onde eu resido e já acompanhei, tem um projeto esportivo social chamado SAPECA, onde contribui significativamente para o desenvolvimento humano, oferecendo benefícios que alcançam tanto o individual quanto o coletivo. Dessa forma, torna-se necessário repensar o valor atribuído ao esporte e ao lazer, reconhecendo-os como instrumentos fundamentais na formação social e pessoal. A iniciativa também atua na prevenção ao uso de substâncias lícitas e ilícitas, que infelizmente têm afetado crianças e adolescentes cada vez mais cedo. Além disso, o projeto busca desconstruir estigmas e preconceitos, promovendo o fortalecimento dos participantes e oferecendo suporte para que possam exercer plenamente sua cidadania com consciência e responsabilidade. De acordo com o coordenador e fundador do projeto, senhor José Márcio Moraes Demartin,

[...] o objetivo é promover a inclusão e garantir a permanência de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, pertencentes a famílias de baixa renda e oriundos da rede pública de ensino. Dessa forma, busca combater a evasão e a repetência escolar no município de Conceição do Castelo, [...]¹

O Projeto SAPECA oferece uma variedade de modalidades, entre elas xadrez, damas, tênis de mesa, natação, futebol (de campo e areia), futsal, handebol, basquetebol e vôlei (de quadra e praia). Conforme estabelecido em seu regimento interno, a proposta visa incentivar a prática esportiva aliada à educação, promovendo o desenvolvimento

¹ Disponível em: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

físico, emocional e social de forma orientada, saudável e acompanhada por profissionais capacitados.

Ao analisar sua estrutura e diretrizes, percebe-se com clareza que o principal propósito do projeto é ampliar horizontes para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, por meio da educação, da saúde, do esporte e do lazer. A iniciativa é fruto da colaboração entre a Secretaria de Ação Social e a Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, funcionando de segunda a sexta-feira nas instalações do Caxias Castelense Clube, local central e adequado para a realização das atividades.

Como unidade pública municipal, o projeto busca fomentar o pensamento crítico entre os participantes, promovendo valores fundamentais como respeito, ética e cooperação. Ao integrar ações que estimulam o corpo e a mente, o projeto contribui para a formação integral dos jovens do município, abrindo caminhos para uma vida com mais qualidade, oportunidades e integração social.

1.1 Justificativa

A escolha por estudar os projetos esportivos sociais justifica-se pela sua crescente presença em territórios marcados pela exclusão social e por seu potencial transformador junto a populações vulneráveis. Tais projetos ocupam um espaço estratégico entre a política pública e a iniciativa comunitária, sendo capazes de oferecer experiências educativas, fortalecer vínculos sociais e fomentar valores éticos. Ao analisar o papel do esporte no contexto das políticas públicas e dos direitos da criança e do adolescente, pretende-se contribuir para a qualificação das práticas existentes, assim como para a formulação de políticas mais eficazes e integradas.

Relata-se aqui que pouco ou nada se sabe sobre pesquisas que abordem o tema específico da relação do projeto sapeca com os jovens da região sul do Espírito Santo, quiçá abordado com a especificidade aqui proposta. Somente neste viés, a pesquisa já se mostra necessária por promover a elucidação de uma maior conscientização social e acadêmica a respeito do tema, suscitando análises mais fecundas do assunto.

Dessa forma, o interesse pessoal pelo estudo da relação entre o projeto e os jovens surgiu quando trabalhei como professor no projeto, no período de 2013 até 2014. Durante esse período, percebi a ausência de discussões aprofundadas sobre o tema, o que motivou a elaboração deste projeto de pesquisa.

Por visitar sujeitos ainda não abordados pelas pesquisas sobre esporte e sociedade, o trabalho aqui proposto também tem sua relevância social para os entrevistados, pois se tornará material de registro e valorização de suas histórias, além de destacar a importância de suas atuações no sul do estado do Espírito Santo.

Com tal aspiração, o realce acadêmico se abre em um leque de opções que pode levar outros pesquisadores a trilhar o caminho aqui proposto, inclusive com novas perguntas às fontes e outros olhares a serem descobertos que poderão enriquecer ainda mais os estudos sobre o projeto e a sociedade.

1.2 Objetivo Geral

Analisar o desenvolvimento do Projeto Sapeca de Conceição do Castelo na formação de crianças e adolescentes.

1.3 Objetivos Específicos:

- Analisar a trajetória histórica e institucional do Projeto SAPECA, compreendendo seu processo de implantação, consolidação e articulação com as políticas públicas de assistência social no município de Conceição do Castelo – ES.
- Identificar a importância do Projeto SAPECA na vida de crianças e adolescentes participantes, considerando as dimensões educacional, esportiva, social e comunitária evidenciadas a partir das experiências relatadas.
- Elaborar um manual de boas práticas para professores e estagiários, que será aplicado após a coleta dos dados.
- Identificar modelos de gestão eficazes para garantir a continuidade e ampliação do projeto Sapeca.
- Propor recomendações para a ampliação de políticas públicas de projetos esportivos sociais na cidade de Conceição do Castelo -ES.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Inclusão Social no Brasil

O processo de inclusão social no Brasil começou a ser discutido a partir da abolição da escravidão, em 1888, quando se buscou garantir os direitos e a liberdade dos negros. A Lei Áurea marcou a libertação dos escravos, mas não garantiu que eles fossem plenamente aceitos como cidadãos na sociedade brasileira. O preconceito continuou presente e, sem um processo para reintegrá-los, muitos negros acabaram vivendo nas periferias, formando as primeiras favelas, onde ainda hoje vivem muitos descendentes dessa população discriminada (IBGE, 2003). Por isso, essa tentativa de inclusão falhou, porque o processo não teve continuidade e o preconceito continuou forte. Depois de três séculos de escravidão, era necessário investir em educação e conscientização para valorizar os negros como pessoas iguais.

O termo inclusão social surge na década de 1990, como um novo conceito de integração social e tem sido bastante comentado e discutido por todos os canais da mídia, por meio de artigos em revistas, jornais, e até mesmo em produções para a TV. Por exemplo, a série “Cidade dos Homens”, que mostrava o cotidiano e as condições de vida dos habitantes dos morros no Rio de Janeiro, e que tinha como protagonistas personagens reais daquele cenário revelavam suas tentativas de inclusão em um mundo melhor que o já reservado a eles (Flaksman, 2006).

O conceito de inclusão social está disposto como tema de discussão, mais acentuadamente nesta última década, e não só pelos movimentos particulares interessados em sua concretização, mas também pela sociedade. Conceituá-la, no entanto não é tarefa fácil devido às ambiguidades e as diversidades que cercam esse tema. Conforme observa Bartalotti, (2004), “inclusão social é um conceito bastante abrangente, que implica multideterminações, que sempre envolvem a interação de intersubjetividades e sujeitos que partilham uma determinada situação”. Outro autor, Sassaki, também corrobora com Bartalotti, ao dizer que inclusão social é um duplo fluxo de ações em que os excluídos se propõem a aceitar e assumir suas atribuições perante a sociedade, enquanto esta busca tornar-se apta a incluí-los em seus complexos sociais, em um processo contínuo de busca da igualdade para todos (Sassaki, 2002).

De acordo com as perspectivas expostas pelos autores, entende-se que as multideterminações da inclusão surgem em detrimento dos diversos e diferentes aspectos que a envolvem, imersos em um sistema complexo de culturas e valores distintos, que

influenciam o comportamento de ambos os lados. Para Fujihira, (2006), inclusão social é um movimento social que reivindica igualdade de direitos e oportunidades às pessoas. Apesar de o Brasil adaptar suas leis e fiscalizações, para contemplar tais reivindicações, uma série de questionamentos sobre a inclusão, entendida como participação social, está surgindo.

A inclusão social de pessoas com deficiência, segundo Bartalotti (2004), pode ser compreendida a partir de três conceitos fundamentais, que ajudam a entender como se dá o processo de inclusão em relação à capacidade de essas pessoas controlarem suas próprias vidas. O primeiro é a autonomia, entendida como a prontidão física, cognitiva e/ou social que a pessoa apresenta em determinado ambiente. O segundo é a independência, que se refere à capacidade de tomar decisões de forma autônoma, sem depender de outras pessoas. Por fim, destaca-se o conceito de *empowerment* [empoderamento], relacionado ao uso que a pessoa com deficiência faz do seu poder pessoal de escolha e tomada de decisões, exercendo maior controle sobre sua própria vida.

Portanto, observa-se que a inclusão é um meio de administrar o espaço social, de forma a restituir as condições do ambiente para a inserção do excluído, em uma sociedade que faça parte de todos os aspectos da vida, seja, profissional, econômico, político, cultural, entre outros. Verifica-se também a importância da ação do indivíduo privado dessas relações, no sentido de não se deter apenas em reivindicar, mas exercer seu papel nessa luta e identificar seu poder de controle sobre sua vida.

O autor Fujihira, (2006) ainda relata sobre a visão e utilização equivocadas da inclusão por algumas pessoas: a inclusão social se, deturpada aos padrões valorizados socialmente, pode configurar-se em concessões, e não em um real reconhecimento de singularidades; impera a “mesmice” com discurso de diversidade e a inclusão corre o risco de ficar restrita à reduzida aparência da participação social. A inclusão pressupõe um manejo ético nos ambientes para que um lugar no mundo dos homens realmente possa surgir dessa forma, a inclusão social não pode ser percebida apenas como um rótulo, mas como um processo de ações afirmativas, com o objetivo de introduzir os indivíduos mais necessitados no cenário social. Mas não basta apenas incluí-los, é preciso dar-lhes condições de aproveitarem as oportunidades oferecidas, capacitá-los e capacitar também as pessoas com quem irão se relacionar. A inclusão social não pode ser tratada como um jogo de interesses.

2.2 Esporte Educacional

A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito ao esporte como um dever do Estado, garantindo o acesso a práticas formais e não formais. Complementarmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) estabelece que o lazer e a prática esportiva devem ser assegurados como direitos fundamentais, especialmente para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

No Brasil (1998), a Lei nº 9.615/1998, conhecida como Lei Pelé, regula as diretrizes do desporto nacional. Essa legislação categoriza o esporte em três manifestações: educacional, participativo e de rendimento. A manifestação educacional, segundo o Art. 3º, inciso I da lei, é “praticada nos estabelecimentos de ensino e em formas assistêmicas de ensino, tendo por finalidade o desenvolvimento integral do educando e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer” (Brasil, 1998).

Além disso, a Lei Pelé prevê mecanismos de fomento aos projetos com finalidade social. O Art. 82 autoriza o Poder Público a conceder benefícios fiscais para entidades privadas que incentivem o esporte educacional e paradesportivo. Essa possibilidade de financiamento contribui para a sustentabilidade dos projetos esportivos sociais e estimula o envolvimento do setor privado na promoção da inclusão.

A Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), regulamentada pela própria Lei Pelé, fortaleceu ainda mais esses mecanismos, permitindo que empresas e pessoas físicas destinem parte do imposto de renda devido para financiar projetos esportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. Esses dispositivos legais representam um marco no financiamento e institucionalização do esporte como política pública (Brasil, 2006).

Os projetos esportivos sociais têm crescido nas últimas décadas, acompanhando o avanço das políticas públicas voltadas à juventude e a consolidação do esporte como direito social. O autor Bracht (2003) argumenta que o esporte, quando orientado pedagogicamente, pode contribuir de forma significativa para a formação de sujeitos críticos e participativos, sendo um espaço privilegiado para a vivência de valores democráticos.

Os autores Paes e Balbino (2005) destacam que o esporte educacional deve ser desenvolvido a partir de uma abordagem pedagógica inclusiva, valorizando o desenvolvimento integral do ser humano e não apenas o rendimento físico. Isso implica

pensar o esporte como processo e não como fim, superando a lógica do desempenho para valorizar o crescimento pessoal, o trabalho em equipe e o respeito às diferenças.

Segundo Rubio (2001) contribui ao debater a dimensão simbólica do esporte na formação da juventude brasileira, alertando para os riscos de se reproduzirem desigualdades e estereótipos nas práticas esportivas. O autor aponta que é necessário compreender os sentidos atribuídos ao esporte pelas populações atendidas, respeitando suas culturas, histórias e territorialidades.

O Programa Segundo Tempo, instituído pelo Ministério do Esporte em 2003, configura-se como uma política pública emblemática no campo do esporte educacional. Segundo dados oficiais do próprio ministério (2023–2026), o programa busca democratizar o acesso ao esporte e ao lazer com orientação pedagógica, priorizando estudantes da rede pública em áreas vulneráveis. O autor Mezzadri (2010) analisa o impacto do programa e afirma que sua eficácia depende da integração com outras políticas sociais, como educação, saúde e assistência.

Os autores Vieira e Darido (2009) sublinham a importância de integrar os projetos esportivos à escola, ampliando o acesso de jovens a espaços educativos qualificados. Para os autores, tais projetos devem funcionar como estratégia de reforço da formação cidadã e não como simples ocupação do tempo ocioso.

Outro ponto relevante é a participação ativa dos próprios jovens nas decisões e ações dos projetos. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente o (ECA), o direito à participação está entre os princípios que devem nortear as ações voltadas à infância e adolescência. Projetos que envolvem os beneficiários em seus processos decisórios tendem a produzir resultados mais duradouros e emancipatórios.

2.3 Esporte, Atividade Física e Projetos Esportivos Sociais

O esporte e a atividade física desempenham um papel fundamental dentro dos projetos esportivos sociais, atuando como instrumentos essenciais para promover a inclusão social, a saúde e o desenvolvimento integral dos indivíduos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social. Essas iniciativas utilizam o esporte não apenas como uma prática física, mas como uma ferramenta educativa, cultural e social capaz de transformar realidades e fomentar o protagonismo das comunidades atendidas.

A prática regular de atividade física, por meio do esporte, contribui para a melhoria da saúde física e mental, prevenindo doenças e promovendo o bem-estar geral (Sallis, 2006). Nos projetos sociais, essa prática é direcionada a públicos muitas vezes excluídos

das políticas tradicionais de esporte e lazer, como crianças, adolescentes e jovens de comunidades periféricas, indígenas e populações em situação de vulnerabilidade (Coalter, 2007).

Além dos benefícios à saúde, o esporte social estimula o desenvolvimento de competências socioemocionais, como disciplina, trabalho em equipe, respeito às regras, cooperação e autoconfiança (Franco; Figueiredo, 2015). Essas habilidades são fundamentais para a formação cidadã e para a inclusão social, pois promovem a integração dos indivíduos em espaços coletivos e incentivam a construção de redes de apoio e solidariedade.

Os projetos esportivos sociais também têm um papel importante na prevenção de situações de risco social, como violência, uso de drogas e evasão escolar, ao oferecer alternativas positivas de ocupação do tempo livre e um ambiente estruturado para o desenvolvimento pessoal (Nichols, 2013). Dessa forma, o esporte e a atividade física se consolidam como estratégias eficazes para a promoção da equidade social e da justiça.

Para que esses objetivos sejam alcançados, é fundamental que os projetos contem com metodologias adequadas, equipes capacitadas e políticas públicas que garantam financiamento e apoio técnico (Gomes, 2018). O esporte, quando integrado a uma abordagem educativa e social, torna-se uma poderosa ferramenta para a transformação individual e comunitária.

Com base na dissertação de Jussara de Souza Soares (2023), é possível compreender que os projetos sociais esportivos exercem um papel significativo na vida de crianças, adolescentes e suas famílias, embora não possuam caráter obrigatório. Esses projetos funcionam como uma extensão das experiências formativas oferecidas pela escola formal, oferecendo espaços de aprendizagem, socialização e desenvolvimento pessoal. No estudo realizado sobre o Projeto Rede do Bem, situado no município de Cabo Frio (RJ), a autora evidencia como tais iniciativas são percebidas pelos participantes como ambientes seguros de convivência e interação, promovendo não apenas o lazer, mas também o fortalecimento de vínculos sociais e o estímulo à cidadania.

De acordo com Galvão (2018), diante da carência de infraestrutura esportiva em muitas escolas brasileiras, projetos sociais esportivos têm se consolidado como alternativas relevantes para garantir o direito de crianças e jovens à prática esportiva e ao desenvolvimento integral. Tais iniciativas, implementadas por setores públicos ou privados, contribuem significativamente para a inclusão social, a formação cidadã e a melhoria da qualidade de vida, especialmente de jovens em situação de vulnerabilidade.

Entre os programas analisados, destaca-se o Programa Forças no Esporte (PROFESP), vinculado ao Ministério da Defesa, cuja atuação evidencia tanto potencialidades quanto desafios para efetivar sua função social e esportiva no país.

Segundo Monteiro (2022), embora os Projetos Sociais Esportivos (PSE) tenham emergido na década de 1990 com o objetivo de complementar ou até substituir práticas educativas formais, especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade social, é necessário considerar tanto seus benefícios quanto suas limitações. A autora destaca que, apesar do potencial desses projetos na formação moral e no desenvolvimento da resiliência, muitos deles funcionam como soluções paliativas, sem atacar as causas estruturais da exclusão. A partir da análise do Projeto Sorria, conclui-se que a prática esportiva, quando bem orientada, pode contribuir significativamente para a formação de sujeitos mais resilientes, capazes de enfrentar adversidades no esporte e na vida cotidiana.

2.4 Resultados e Transformações em Projetos Esportivos Recentes

Nos últimos anos, os projetos esportivos sociais têm se consolidado como estratégias de inclusão social e desenvolvimento humano, utilizando o esporte como ferramenta de participação e convivência social. Essas iniciativas podem contribuir para o desenvolvimento de valores, para o fortalecimento das relações interpessoais e para a ampliação das oportunidades de participação de crianças e adolescentes. Além disso, quando desenvolvidos em contextos de vulnerabilidade social, os projetos esportivos podem favorecer processos de inclusão e contribuir para o desenvolvimento social dos participantes (Vianna; Lovisolo, 2011).

A literatura contemporânea destaca a importância do esporte na formação de identidade e na construção de capital social. O autor Coalter (2013) argumenta que o esporte possui potencial de gerar impactos positivos na vida de indivíduos e comunidades, desde que seja estruturado com base em objetivos sociais claros e que somente além da lógica do rendimento competitivo. O esporte, nesses projetos, passa a ser compreendido como um meio e não um fim em si mesmo, permitindo o desenvolvimento pessoal e a inserção social.

No contexto brasileiro, iniciativas como o programa “Esporte na Comunidade”, implementado pela Prefeitura de Manaus, demonstram como o poder público pode apoiar projetos esportivos comunitários por meio da disponibilização de materiais e equipamentos necessários à realização das atividades. Lançado em junho de 2022, o programa passou a fornecer kits esportivos a projetos sociais de diferentes regiões da

cidade, contendo itens como bolas, redes, cones e coletes. Em 2023, a iniciativa já havia atendido mais de 200 projetos e beneficiado mais de 22 mil crianças e jovens. Posteriormente, em 2024, a Prefeitura de Manaus informou que o programa havia alcançado 304 projetos sociais e mais de 38 mil crianças e jovens, evidenciando a ampliação da política de incentivo ao esporte comunitário. Essas ações demonstram que o fornecimento de materiais esportivos pode contribuir para ampliar as condições de acesso à prática esportiva e fortalecer iniciativas comunitárias, especialmente em contextos nos quais os projetos enfrentam limitações de recursos e infraestrutura. (Manaus, 2022; Manaus, 2023).

Além disso, iniciativas como o projeto “Esporte para Todos”, promovido pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), têm se destacado por sua abordagem inclusiva. Em 2023, o projeto distribuiu materiais esportivos para equipes de futsal e futebol de campo em municípios do Mato Grosso, com foco em promover a convivência pacífica, a inclusão de jovens em situação de risco e o combate à evasão escolar. A presença do esporte nesses territórios pode contribuir para a inclusão social e para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, favorecendo a convivência, a participação social e a construção de vínculos. Nesse sentido, Vianna e Lovisolo (2011) destacam o potencial dos projetos esportivos como instrumentos de inclusão social, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Por outro lado, a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) também tem desempenhado um papel estratégico no fomento aos projetos sociais. Em 2023, o número de projetos apresentados através dessa lei superou 5.800 propostas. Estima-se que mais de um milhão de pessoas tenham sido beneficiadas diretamente por essas ações, revelando que o investimento em políticas públicas voltadas ao esporte está em expansão. Segundo Barreto (2021), essas políticas têm contribuído para institucionalizar o esporte como um direito, e não apenas como entretenimento ou prática elitizada.

Essas iniciativas evidenciam que o esporte, quando inserido em um contexto educativo e comunitário, é capaz de gerar mudanças significativas. Ao promover espaços de convivência, cooperação e aprendizado, os projetos esportivos sociais vão além da prática corporal, oferecendo uma vivência coletiva que contribui para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e da consciência cidadã dos participantes. Isso é enfatizado por Bracht (2016), que defende uma abordagem crítica da Educação Física como elemento de transformação social.

A formação de profissionais qualificados é um ponto crucial para o sucesso dessas ações. Educadores físicos, pedagogos e assistentes sociais que atuam em projetos sociais devem estar preparados para lidar com múltiplas realidades e desafios, como a violência urbana, a pobreza extrema e o abandono escolar. Rodrigues (2022) tem ressaltado a importância da formação continuada e da abordagem interdisciplinar nesses contextos.

Outro elemento importante é a participação comunitária. Projetos sociais que envolvem lideranças locais, familiares e os próprios jovens tendem a ter maior adesão e impacto. Isso porque a apropriação coletiva das ações fortalece o sentimento de pertencimento e torna os participantes sujeitos ativos no processo de mudança. Segundo Freire (1996), a educação libertadora parte do diálogo e da escuta, fundamentos também aplicáveis aos projetos de base comunitária.

A avaliação de impacto também tem ganhado destaque no campo acadêmico, especialmente como instrumento para verificar os resultados e a efetividade de programas e projetos. A utilização de estratégias de avaliação, tanto qualitativas quanto quantitativas, possibilita identificar resultados, limitações e potencialidades das ações desenvolvidas, contribuindo para o aperfeiçoamento das intervenções e para a tomada de decisões. Além disso, processos avaliativos sistemáticos podem favorecer a transparência, a prestação de contas e a identificação de práticas que apresentem resultados positivos, contribuindo para o aprimoramento e a continuidade das iniciativas (Petreça et al., 2019).

Em termos de sustentabilidade, os projetos esportivos sociais devem buscar parcerias entre o setor público, empresas privadas e organizações da sociedade civil. O modelo de gestão compartilhada permite maior alcance e durabilidade dos projetos. Como destaca DaCosta (2017), a intersetorialidade é fundamental para a efetivação de políticas esportivas consistentes e com impacto social real.

A inovação metodológica é destacada como um fator relevante no desenvolvimento de projetos esportivos sociais. A inclusão de modalidades esportivas não convencionais, o uso de tecnologias digitais e a articulação com outras áreas, como cultura e meio ambiente, contribuem para tornar essas iniciativas mais atrativas, dinâmicas e interdisciplinares. Essa abordagem amplia as possibilidades de atuação e estabelece um diálogo mais eficaz com os interesses e as linguagens da juventude contemporânea (Freitas e Nascimento, 2023).

Além disso, é fundamental considerar os marcadores sociais da diferença, como gênero, raça e deficiência, na formulação dos projetos. A inclusão de meninas, jovens negros e pessoas com deficiência em atividades esportivas requer estratégias específicas

que garantam a equidade de acesso e o respeito à diversidade. Como ressaltam Nogueira e Silva, (2021), os projetos mais eficazes são aqueles que se orientam por princípios de justiça social e representatividade.

Os projetos esportivos sociais devem considerar as especificidades dos contextos em que são desenvolvidos, levando em conta as características sociais e culturais dos territórios e as necessidades dos participantes. A compreensão dessas particularidades é fundamental para o planejamento de ações que sejam coerentes com a realidade local e que possam ampliar as possibilidades de participação e desenvolvimento social por meio do esporte (Camargo; Mataruna; Tavares, 2022).

Em síntese, os projetos esportivos sociais representam mais do que uma política pública de esporte, são políticas de vida, de afeto e de transformação. Seu êxito depende do compromisso ético, da gestão qualificada, da articulação com outras políticas sociais e do reconhecimento do esporte como direito de todos. O que está em jogo não é apenas a formação de atletas, mas sim a formação de cidadãos protagonistas de sua própria história.

2.5 O Esporte como Política Pública de Transformação

A trajetória do esporte como ferramenta de intervenção social no Brasil remonta ao início do século XX, mas foi principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990 que o esporte passou a ser reconhecido como instrumento de política pública voltado à juventude. Nesse período, com a redemocratização do país, surgem debates sobre o “esporte para todos”, centrado na democratização do acesso e na valorização de práticas esportivas como direito social Tubino, (2003); Dacosta (2006). Essa concepção foi consolidada na Constituição Federal de 1988, que assegura o esporte como um direito de todos e um dever do Estado.

Com o agravamento das desigualdades sociais nas grandes cidades, o esporte foi incorporado como um dos eixos de programas voltados à juventude em situação de vulnerabilidade. Projetos como o “Segundo Tempo” e o “Pintando a Liberdade”, implementados pelo Ministério do Esporte nas décadas de 2000 e 2010, foram exemplos de tentativas de articular o esporte com a cidadania, educação e prevenção à violência. Embora tenham sofrido críticas quanto à sua execução e continuidade Mezzadri, (2006), marcaram o início de uma abordagem mais sistêmica do esporte no Brasil.

Mais recentemente, o esporte passou a ser visto também como uma linguagem importante para a promoção dos direitos humanos. Segundo Giulianotti (2011), o “*Sport*

for Development and Peace” [Esporte para o Desenvolvimento e Paz] é uma agenda global que reconhece o esporte como ferramenta legítima de empoderamento, especialmente em contextos de pobreza, conflitos armados e exclusão. Essa visão é corroborada por iniciativas da ONU, como o Dia Internacional do Esporte para o Desenvolvimento e pela Agenda 2030, que prevê o esporte como aliado dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nesse contexto, muitos projetos no Brasil passaram a incorporar dimensões educativas críticas em suas metodologias. Inspirados em autores como Freire (1996) e Orlando Fals Borda, esses projetos vão além da prática esportiva tradicional e promovem rodas de conversa, debates sobre racismo, violência de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros temas. O esporte torna-se, então, um “pretexto pedagógico” para mobilizar jovens e promover o pensamento crítico, como propõem os estudos de (Ferreira e Mascarenhas, 2020).

A perspectiva interseccional também é cada vez mais relevante nas análises sobre projetos esportivos sociais. Segundo Crenshaw (1991), a interseccionalidade permite compreender como diferentes formas de desigualdade — como racismo, sexismo e classismo se entrelaçam. Projetos que ignoram essas dinâmicas tendem a reproduzir exclusões. Por isso, autores como Nogueira e Silva, (2021) defendem que os projetos devem estar atentos à diversidade dos sujeitos, garantindo a inclusão efetiva de meninas, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

Outro ponto crucial diz respeito à produção de pertencimento e identidade. A participação em projetos esportivos sociais contribui para o fortalecimento da autoestima, para o sentimento de pertencimento territorial e para o reconhecimento do valor simbólico da juventude periférica. Isso se evidencia em estudos como o de Nascimento (2023), que analisou projetos em favelas cariocas e demonstrou como os jovens passaram a se identificar positivamente com seus corpos, suas origens e sua capacidade de liderança através do esporte.

É essencial destacar que o sucesso dos projetos esportivos sociais está fortemente vinculado ao trabalho em rede. Parcerias com escolas, conselhos tutelares, centros de saúde e movimentos sociais são fundamentais para que o impacto seja efetivo e duradouro. Conforme aponta Rocha (2022), projetos isolados têm efeito limitado; é na articulação intersetorial e comunitária que o esporte encontra seu potencial transformador pleno.

Outro elemento que tem se mostrado fundamental na consolidação do esporte como política pública de transformação social é a adoção de modelos integradores de gestão e inovação, como o da Quíntupla Hélice. Esse modelo, proposto por Carayannis e Campbell, (2010), propõe a interação sinérgica entre cinco esferas: governo, academia, setor empresarial, sociedade civil e meio ambiente. Aplicado aos projetos esportivos sociais, ele evidencia a importância de articular políticas públicas com conhecimento científico, financiamento sustentável, participação comunitária e responsabilidade ecológica. Segundo Brito, (2021), essa abordagem fortalece a sustentabilidade das ações, amplia seu alcance e promove maior corresponsabilidade entre os atores envolvidos.

Além disso, observa-se que o fortalecimento de estratégias participativas e colaborativas é essencial para garantir que os projetos esportivos sociais não se limitem à lógica assistencialista. Como aponta (Marchi Júnior; Moraes e Silva, 2017), o engajamento da comunidade no planejamento e execução das atividades esportivas amplia o sentimento de pertencimento e contribui para a apropriação coletiva dos espaços e recursos disponíveis. Assim, o esporte deixa de ser uma ação “para” a comunidade e passa a ser construído “com” a comunidade.

Também é necessário reconhecer que a avaliação de impacto e a produção de evidências, são dimensões ainda pouco exploradas nos projetos esportivos no Brasil. Muitos programas carecem de sistematização de dados que permitam aferir sua real contribuição para a transformação social. Nesse sentido, Vieira e Constantino, (2020) destacam a importância de incorporar indicadores qualitativos e quantitativos nos processos avaliativos, considerando tanto os aspectos físicos quanto os simbólicos e subjetivos da experiência esportiva.

É importante mencionar o papel crescente do esporte na construção de futuros possíveis, sobretudo para juventudes, periféricas e historicamente excluídas. O esporte, enquanto linguagem cultural, pode ser espaço de invenção de si, de projeção de trajetórias de vida e de acesso a outros mundos. Essa dimensão utópica é central para autores como Silva (2018), que considera o esporte uma “metáfora de esperança” quando praticado em ambientes que valorizam o diálogo, o afeto e a autonomia dos sujeitos.

2.6 Comparação dos Projetos Esportivos Sociais no Exterior e no Brasil

Projetos esportivos sociais têm apresentado resultados mais expressivos em diversos países, especialmente na Europa e América do Norte, quando comparados à

realidade brasileira. Essa diferença de sucesso pode ser explicada por uma série de fatores estruturais, institucionais, financeiros e culturais que influenciam diretamente a implementação e a sustentabilidade dessas iniciativas (Coalter, 2007; Knijnik, 2014).

Um dos principais aspectos que favorecem o êxito dos projetos no exterior é o ambiente institucional consolidado, com políticas públicas estáveis e bem coordenadas. Em países como Alemanha, Reino Unido e Canadá, o esporte social é parte integrante de políticas públicas que recebem financiamento regular e contínuo, com metas claras e mecanismos de avaliação robustos (Marinho; Constantino, 2010; Bracht, 2003). Essas políticas são elaboradas a partir de uma visão estratégica que articula diferentes níveis de governo com o setor privado e organizações da sociedade civil, promovendo uma rede integrada de apoio e fomento (Fraga; Mezzadri, 2011). No Brasil, por outro lado, observa-se uma maior fragmentação e descontinuidade das políticas públicas, o que dificulta o acesso aos recursos e a permanência dos projetos no longo prazo (Knijnik, 2014; Fraga; Mezzadri, 2011).

Outra diferença relevante está na capacidade técnica e profissionalização das equipes envolvidas. No exterior, os projetos contam frequentemente com profissionais qualificados e com formação específica em gestão esportiva, pedagogia e avaliação social, o que contribui para a eficiência da execução e para a mensuração dos impactos gerados (Camargo, 2011; Coalter, 2007). Programas de capacitação e formação são parte rotineira do processo de implementação, garantindo que as equipes estejam preparadas para lidar com os desafios do cotidiano dos projetos; (Coalter, 2007). No Brasil, a carência de capacitação técnica é um dos principais entraves para o sucesso, muitas vezes refletindo em falhas na gestão, baixa qualidade das atividades e dificuldade na avaliação dos resultados (Camargo, 2011).

Além disso, a diversificação das fontes de financiamento é um fator que fortalece os projetos em outros países. Em muitos locais, o investimento no esporte social provém de uma combinação de recursos públicos, incentivos fiscais a empresas, doações de fundações filantrópicas e parcerias com o setor privado, criando uma base financeira mais sólida e menos dependente de um único canal (Bracht, 2003; Marinho; Constantino, 2010). No Brasil, a dependência de recursos públicos, especialmente por meio de leis de incentivo, somada à burocracia e instabilidade desses mecanismos, compromete a sustentabilidade financeira das iniciativas (Knijnik, 2014).

A cultura de valorização do esporte como instrumento social também é mais consolidada em alguns países. Nas nações onde o esporte social prospera, há um

entendimento amplo da sociedade sobre o papel do esporte para a promoção da saúde, inclusão, cidadania e educação (Marchi Júnior; Moraes, 2010). Essa valorização se traduz em maior engajamento comunitário, apoio político e participação ativa dos beneficiários. No Brasil, embora haja reconhecimento crescente dessa importância, ainda falta um engajamento mais sistemático das comunidades e a construção de um senso coletivo de pertencimento aos projetos, o que impacta negativamente a adesão e a continuidade das ações (Marchi Júnior; Moraes, 2010).

Os sistemas de monitoramento e avaliação de impacto são mais desenvolvidos fora do Brasil. A implementação de indicadores padronizados e a utilização de tecnologias digitais para acompanhamento permitem ajustes constantes nas estratégias, identificação rápida de dificuldades e demonstração clara dos benefícios sociais alcançados (Coalter, 2007; Gohn, 2001). Essa prática facilita a transparência e a captação de novos recursos, reforçando a credibilidade dos projetos. No cenário brasileiro, a ausência de mecanismos consistentes de avaliação limita o aprendizado e a melhoria contínua das iniciativas (Camargo, 2011).

O sucesso dos projetos esportivos sociais fora do Brasil está relacionado à existência de políticas públicas integradas e estáveis, financiamento diversificado, equipes técnicas qualificadas, valorização cultural do esporte e sistemas eficientes de monitoramento. Para que o Brasil alcance resultados semelhantes, será necessário avançar nessas áreas, promovendo um ambiente mais favorável ao desenvolvimento e à sustentabilidade dessas iniciativas, o que reforça a necessidade de ações estruturadas e articuladas entre governo, sociedade civil e comunidades (Coalter, 2007; Knijnik, 2014).

2.7 Salvaguarda: Uma Abordagem Referenciada

A salvaguarda em projetos esportivos sociais consiste na implementação de políticas, práticas e procedimentos que garantam a proteção dos participantes, especialmente crianças, adolescentes e grupos vulneráveis, contra abusos físicos, emocionais, sexuais e negligência. A importância desse tema tem sido destacada por diversos autores e organizações internacionais, que reforçam que o esporte, para cumprir seu papel social, deve ser um ambiente seguro e inclusivo.

A autora Brackenridge (2010) é uma das pioneiras na discussão sobre proteção infantil no esporte, apontando que o ambiente esportivo pode tanto promover o desenvolvimento saudável quanto expor crianças e jovens a riscos significativos, caso não existam salvaguardas eficazes. Ela enfatiza que a criação de políticas claras de

proteção, a formação adequada dos profissionais e a existência de canais seguros para denúncias são medidas essenciais para prevenir abusos.

Nesse sentido, Mountjoy (2016) reforçam a necessidade de abordagens multidisciplinares para combater o assédio e a violência no esporte, destacando o papel das organizações esportivas em estabelecer protocolos de prevenção e resposta a incidentes. O documento do Comitê Olímpico Internacional propõe um conjunto de diretrizes que visam criar ambientes seguros e promover a cultura do respeito e da dignidade.

As orientações da Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) também são fundamentais para orientar a implementação de salvaguardas em projetos sociais esportivos, destacando que a proteção das crianças deve ser integrada em todas as fases do projeto, desde o planejamento até a execução e monitoramento. A UNICEF defende que as organizações devem capacitar suas equipes, engajar a comunidade e assegurar que as políticas sejam transparentes e efetivas.

Além disso, o autor Stirling (2017) analisa os progressos e desafios na proteção infantil no esporte ao longo das últimas décadas, salientando que apesar dos avanços, ainda há barreiras para a implementação universal de práticas de salvaguarda. Ele destaca a importância do engajamento contínuo de todas as partes interessadas para fortalecer a cultura de proteção.

As organizações como a Federação Internacional de Associações de Futebolistas Profissionais (FIFPro) também contribuem para o debate ao desenvolver diretrizes específicas para a proteção de jovens atletas, ressaltando a necessidade de políticas adaptadas às particularidades do esporte profissional e amador, com foco na prevenção da exploração e do abuso.

Além das diretrizes internacionais, o Comitê Olímpico Internacional (COI, 2016) tem desenvolvido materiais orientativos para federações e confederações esportivas, com destaque para a criação de ambientes seguros *Safe Sport* [esporte seguro] e a promoção do bem-estar dos atletas. O COI propõe que todas as organizações vinculadas ao sistema olímpico adotem códigos de conduta, designem responsáveis pela proteção e desenvolvam ações de monitoramento e avaliação de riscos.

No Brasil, embora existam legislações que asseguram os direitos das crianças e dos adolescentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), observa-se um hiato entre as normativas legais e a efetiva aplicação de medidas protetivas em projetos esportivos, especialmente aqueles vinculados a organizações da sociedade civil.

Como apontam Souza e Darido (2017), a implementação de políticas de proteção em projetos sociais esportivos ainda é incipiente, muitas vezes limitada a exigências formais de editais de financiamento, sem acompanhamento sistemático.

Gomes, (2021) destaca que a efetividade das salvaguardas depende do envolvimento dos gestores, do comprometimento ético das equipes técnicas, da formação continuada dos profissionais e da escuta ativa dos beneficiários. A presença de um sistema de gestão da proteção, com fluxos definidos, registros de ocorrências e processos de responsabilização, é determinante para a criação de ambientes verdadeiramente seguros.

É essencial compreender que a salvaguarda vai além da proteção contra violências explícitas. Envolve também a promoção de direitos, a equidade de gênero, o combate à discriminação, a valorização da diversidade e o respeito à integridade física e emocional dos participantes. Trata-se de uma abordagem ética e preventiva, que deve ser incorporada de forma transversal nos projetos esportivos sociais, contribuindo para a sua legitimidade, sustentabilidade e impacto social positivo.

2.8 Agenda 2030 e Projetos Esportivos Sociais

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Organização das Nações Unidas ONU, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que orientam políticas e ações globais para promover um futuro mais justo, inclusivo e sustentável. Os projetos esportivos sociais estão diretamente relacionados a vários desses objetivos, sendo ferramentas estratégicas para alcançar metas vinculadas à inclusão social, saúde, educação e redução das desigualdades.

Os 17 ODS e suas possíveis articulações com os projetos esportivos sociais são:

- 1 **.Erradicação da pobreza:** projetos esportivos sociais oferecem acesso gratuito a atividades que reduzem desigualdades e criam oportunidades, sobretudo em comunidades vulneráveis.
- 2 **Fome zero e agricultura sustentável:** ainda que indiretamente, tais projetos podem promover segurança alimentar por meio de ações complementares de nutrição e orientação alimentar.
- 3 **Saúde e bem-estar:** o esporte promove a prevenção de doenças, melhora a saúde mental e contribui para o bem-estar geral da população (Who, 2018; Coalter, 2007).

- 4 **Educação de qualidade:** atividades esportivas contribuem para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais, além de fortalecer a permanência escolar (Hylton, 2010).
- 5 **Igualdade de gênero:** iniciativas que incentivam a participação de meninas e mulheres no esporte ajudam a combater estereótipos e a promover equidade (Saavedra, 2009).
- 6 **Água potável e saneamento:** projetos em áreas vulneráveis podem incluir ações educativas sobre higiene, contribuindo para práticas de saúde preventiva.
- 7 **Energia limpa e acessível:** algumas iniciativas esportivas utilizam tecnologias sustentáveis, como energia solar em suas instalações, sensibilizando as comunidades.
- 8 **Trabalho decente e crescimento econômico:** o esporte pode gerar empregos diretos e indiretos e desenvolver competências profissionais em jovens.
- 9 **Indústria, inovação e infraestrutura:** projetos com foco em esporte e tecnologia incentivam o empreendedorismo social e o uso criativo de espaços urbanos.
- 10 **Redução das desigualdades:** o acesso democrático ao esporte contribui para inclusão de grupos historicamente marginalizados (Nichols, 2013).
- 11 **Cidades e comunidades sustentáveis:** projetos esportivos promovem ocupação segura de espaços públicos e fortalecem o senso de pertencimento comunitário.
- 12 **Consumo e produção responsáveis:** ações educativas em projetos esportivos podem incluir temas como reciclagem, uso consciente de materiais e sustentabilidade.
- 13 **Ação contra a mudança global do clima:** práticas esportivas ao ar livre, alinhadas à educação ambiental, incentivam maior conexão com a natureza e responsabilidade ecológica.
- 14 **Vida na água:** atividades esportivas aquáticas podem ser espaços de educação ambiental sobre a preservação de rios, lagos e mares.
- 15 **Vida terrestre:** projetos em áreas rurais ou periurbanas podem integrar ações de reflorestamento e educação para conservação do meio ambiente.
- 16 **Paz, justiça e instituições eficazes:** o esporte promove a cultura de paz, resolução de conflitos e fortalecimento de valores democráticos (Levermore, 2011).
- 17 **Parcerias e meios de implementação:** os projetos esportivos dependem da articulação entre governo, ONGs, setor privado e organismos internacionais para garantir sustentabilidade e impacto (UNOSDP, 2010).

O apoio do *United Nations Office on Sport for Development and Peace* [Escritório das Nações Unidas sobre Esporte para o Desenvolvimento e a Paz], (UNOSDP) tem sido fundamental para articular o esporte como instrumento de desenvolvimento sustentável, reforçando a importância de políticas públicas estruturadas, financiamento contínuo e sistemas de monitoramento para maximizar os impactos sociais positivos do esporte (UNOSDP, 2010).

Além disso, a declaração de Kazan, aprovada em 2017 pela UNESCO, reforça que o esporte é um direito humano e um vetor essencial para alcançar os ODS, recomendando sua integração às políticas nacionais de educação, juventude, saúde e desenvolvimento social (UNESCO, 2017).

Portanto, a Agenda 2030 legitima e fortalece o papel dos projetos esportivos sociais como instrumentos essenciais para o desenvolvimento humano sustentável, destacando a necessidade de ações integradas entre governos, organizações da sociedade civil e comunidades para garantir sua eficácia e continuidade.

3. MÉTODOS

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, com ênfase no estudo de caso, conforme definido por Yin (2005). Essa estratégia metodológica é apropriada para investigar, de forma aprofundada, fenômenos sociais inseridos em contextos reais, especialmente quando os limites entre o objeto e seu ambiente não estão claramente definidos. O foco da análise foi o Projeto SAPECA, voltado à inclusão social de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos, no município de Conceição do Castelo – ES, por meio da prática esportiva.

Segundo Taquette e Borges (2020), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados atribuídos pelas pessoas às suas ações, considerando os contextos socioculturais nos quais estão inseridas. As autoras ressaltam que o pesquisador deve adotar uma postura dialógica e reflexiva, construindo o conhecimento em interação com os participantes. Para elas, o estudo de caso é compatível com os objetivos qualitativos, pois permite explorar realidades complexas e contextuais de forma detalhada.

A escolha pelo estudo de caso se justifica pela singularidade e complexidade da experiência analisada, possibilitando uma compreensão abrangente dos impactos sociais e formativos do projeto na vida dos participantes. Yin (2005) destaca que essa abordagem é adequada quando se pretende responder a questões “como” e “por quê”, sobretudo em situações em que o pesquisador não tem controle sobre os eventos. Além disso, ela contribui para a confiabilidade da pesquisa, por integrar múltiplas fontes de evidência e um processo sistemático de coleta e análise de dados. Stake (1995) complementa que o estudo de caso não busca generalizações estatísticas, mas analíticas, nas quais a profundidade de um único caso pode iluminar contextos semelhantes.

3.1 Fontes de Evidência e Triangulação

A consistência da análise foi reforçada pelo uso da triangulação, estratégia essencial para garantir a validade interna e a confiabilidade da pesquisa qualitativa. Segundo Yin (2005, 2016), a utilização de múltiplas fontes de evidência é uma característica fundamental do estudo de caso, pois permite que o pesquisador estabeleça convergência dos dados por meio da triangulação. Assim, foram consideradas três categorias principais de fontes: documentais, orais (entrevistas semiestruturadas) e observacionais (observação participante).

Essa abordagem favoreceu uma compreensão mais rica e aprofundada do fenômeno estudado, ao permitir que diferentes ângulos e interpretações sejam confrontados e integrados. Conforme destacam Taquette e Borges (2020), a triangulação amplia o escopo analítico ao integrar diversas perspectivas, o que fortalece a interpretação dos dados e contribui para a solidez dos resultados. Além disso, a diversidade de fontes contribuiu para a construção de uma narrativa mais coerente e fundamentada, especialmente em contextos sociais complexos como os analisados neste estudo.

A análise dos dados foi conduzida de forma indutiva e interpretativa, com base na técnica de análise de conteúdo temática, conforme proposta por Minayo (2001). Os dados oriundos das diferentes fontes foram codificados e organizados em categorias analíticas emergentes, permitindo identificar padrões, contradições e singularidades. A triangulação atuou nesse processo como um mecanismo de validação cruzada, possibilitando comparar as informações obtidas nas entrevistas, nos documentos e na observação em campo. Segundo Yin (2016), essa convergência fortalece a credibilidade da análise e contribui para que os achados reflitam de maneira mais precisa a realidade do objeto investigado.

a) Fontes Documentais

As fontes escritas foram:

- Estatuto do projeto;
- Fichas de inscrição dos participantes;
- Planejamentos pedagógicos;
- Relatórios de atividades;
- Materiais de divulgação;
- Documentos institucionais vinculados à Prefeitura ou à Secretaria Municipal de Ação Social.

Esses documentos foram fundamentais para reconstruir a trajetória institucional do projeto SAPECA, identificar diretrizes metodológicas, e compreender a evolução de suas práticas ao longo do tempo. Além disso, a análise documental permitiu o cruzamento entre as intenções declaradas nos documentos e as práticas concretas observadas no campo.

b) Fontes Orais: Entrevistas

As entrevistas qualitativas foram realizadas com diversos atores do projeto, como:

- Estagiários;
- Coordenador do projeto;
- Ex-alunos do projeto;

A seleção dos ex-alunos foi realizada por meio da técnica bola de neve, estratégia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para localizar sujeitos relevantes por meio de indicações sucessivas entre pessoas que compartilham características ou experiências relacionadas ao fenômeno investigado. Conforme explicam Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2013), essa técnica permite que cada participante inicial indique outros possíveis colaboradores, ampliando gradualmente o grupo até que novas inclusões deixem de acrescentar informações significativas.

Segundo Duarte (2004), uma boa entrevista qualitativa requer preparo teórico, escuta sensível e flexibilidade metodológica, de modo que o pesquisador seja capaz de adaptar-se às singularidades de cada interlocutor. De forma complementar, Thompson (1992) enfatiza que quanto menor a intervenção do pesquisador na fala do entrevistado, maior será a autenticidade do relato que será seguido nesta pesquisa por meio de uma postura ética, empática e não diretiva, de modo a preservar a voz, a subjetividade e a integridade das narrativas.

c) Observação Participante

A observação participante teve um papel central no levantamento empírico da pesquisa, foi realizada durante atividades cotidianas do projeto, como treinos esportivos, reuniões, eventos e interações espontâneas entre os participantes. Essa técnica permitiu captar comportamentos, relações interpessoais e dinâmicas sociais que, muitas vezes, não se revelam por meio de entrevistas ou documentos.

Segundo Angrosino (2009) e Minayo (2001), a observação é uma ferramenta essencial na pesquisa qualitativa, pois possibilita uma aproximação sensível ao contexto e à dimensão simbólica das ações, contribuindo para a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas, relações e espaços. As observações buscarão evidenciar práticas de inclusão, formas sutis de exclusão, manifestações de acolhimento, conflitos e dinâmicas de poder, compondo um quadro mais amplo e aprofundado da realidade investigada.

Os registros foram feitos em diários de campo, nos quais foram anotadas impressões, descrições e reflexões do pesquisador. Esses registros funcionaram como suporte à análise, favorecendo a triangulação com outras fontes de dados e aprofundando a compreensão do fenômeno estudado.

3.2 Análise e Ética da Pesquisa

Para que se interpretem os relatos com base em fundamentos teóricos e empíricos. Duarte (2004) ressalta que cabe ao pesquisador editar e organizar as entrevistas de forma coerente com seus objetivos e pressupostos teóricos, atribuindo sentido ao material coletado.

A pesquisa seguiu os princípios éticos estabelecidos pelas diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa, e a coleta de dados foi precedida pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por parte dos participantes legais no (Apêndice A). As entrevistas foram gravadas, com consentimento prévio, e todos os dados foram tratados com confidencialidade, conforme previsto nas normativas da pesquisa com seres humanos. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa, tendo sido aprovado sob o Parecer nº 8.416.945.

Segundo Goldenberg (1997), mesmo que a objetividade total não seja possível nas ciências sociais, é fundamental buscar a objetivação, ou seja, um esforço sistemático para conter a subjetividade e não transformar o objeto construído em um objeto inventado. Isso será assegurado através do cruzamento das fontes, validação dos dados com os participantes e devolutiva dos resultados.

Durante a execução da pesquisa, poderão ocorrer pequenos desconfortos, como a possibilidade de constrangimento ao responder às perguntas. Para evitar ou reduzir esses riscos, será oferecido um ambiente seguro e reservado, garantindo sua privacidade e o direito de não responder a qualquer pergunta ou de solicitar pausas sempre que desejar.

Os benefícios serão: a) promover reflexões sobre sua trajetória individual no Projeto SAPECA; b) contribuir para a melhoria das ações desenvolvidas pelo projeto; c) favorecer o avanço do conhecimento científico na área do esporte.

3.3 Devolutiva dos Resultados

Foi realizado um processo de devolutiva dos resultados aos sujeitos envolvidos, tanto por meio de encontros presenciais com a equipe do projeto e os participantes, quanto pela entrega de um relatório acessível, com linguagem clara e sugestões práticas de aprimoramento das ações.

De acordo com Amado (1997), a devolutiva não é apenas um gesto ético, mas um recurso pedagógico, pois permite aos participantes reinterpretar suas próprias vivências e fortalecer sua autonomia. Esse momento foi valorizado como parte integrante da

pesquisa, garantindo que o conhecimento produzido possa retornar à comunidade como instrumento de reflexão e transformação social.

Yin (2016), no contexto dos estudos de caso, a devolutiva, conhecida internacionalmente como *member checking* [verificação ou validação pelos participantes], contribuiu para a confiabilidade e a validade interna da pesquisa, permitindo que os sujeitos confirmem, questionem ou complementem as interpretações do pesquisador. Tal prática favoreceu a triangulação entre os dados coletados e as percepções dos envolvidos, reforçando a credibilidade dos achados e assegurando que as conclusões reflitam, de forma fidedigna, a realidade investigada. Ao incluir a comunidade na etapa final de análise, amplia-se a legitimidade do estudo e fomenta-se um ciclo contínuo de aprendizado colaborativo, no qual os resultados não apenas descrevem a realidade observada, mas também estimulam mudanças concretas e sustentáveis.

3.4 Autorreflexividade

Robert K. Yin (2016) discute o self reflexivo, refere-se à habilidade do pesquisador de ser consciente de si mesmo e de seu papel no processo de pesquisa. Isso envolve uma autorreflexão constante sobre suas suposições, expectativas e o impacto que sua presença e interpretações podem ter sobre os dados e os participantes.

De modo geral, Yin sugere que a reflexividade é um componente crucial na pesquisa qualitativa e no uso de estudos de caso, pois ajuda a tornar o processo mais transparente e consciente das influências subjetivas que podem afetar a interpretação dos dados.

Minha trajetória pessoal contribuiu significativamente para a construção de uma postura reflexiva enquanto educador e pesquisador. Por volta dos dez anos de idade, passei a observar de maneira mais sensível os efeitos positivos da prática de atividade física, tanto no desenvolvimento individual quanto nas interações sociais. Em meu município, tem espaços públicos como praças, campos e ambientes abertos propícios à prática esportiva. Durante a adolescência, participei de centros de treinamento de futebol, futsal e voleibol, cujas atividades eram conduzidas por professores de Educação Física. Esses profissionais tornaram-se referências para nós, não apenas pelos conhecimentos técnicos, mas também pela forma como se colocavam diante dos alunos despertando, em mim, o desejo de seguir a mesma profissão.

Na escola, entretanto, o cenário era diferente. A falta de motivação dos professores e o desinteresse de muitos alunos resultavam em aulas pouco atrativas, restritas quase

exclusivamente ao futsal e ao voleibol, sem variação de conteúdo ou abordagens lúdicas. Isso revelava uma lacuna entre a formação profissional e a prática pedagógica. Iniciei minha graduação em Licenciatura Plena em Educação Física e, ainda no primeiro ano, fui convidado a ministrar aulas em uma comunidade local, diante da escassez de professores formados. Essa experiência precoce foi desafiadora: apesar do embasamento teórico adquirido na universidade, a realidade escolar exigia muito mais e especialmente no trato com estudantes de diferentes classes sociais, comportamentos diversos, carências afetivas, alimentares e a presença de alunos com deficiência.

Com o passar dos anos, surgiu o Projeto Sapeca, uma iniciativa municipal voltada à promoção de práticas esportivas e educacionais, com atividades como xadrez, damas, tênis de mesa, natação, futebol de campo e areia, futsal, handebol, basquetebol e voleibol. O projeto também oferece acompanhamento de psicóloga e assistente social, sendo conduzido por um coordenador, um professor e dois estagiários. O objetivo central é contribuir para a inclusão e permanência de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, oriundos da rede pública e de famílias de baixa renda, buscando reduzir a evasão e a repetência escolar no município de Conceição do Castelo.

Atuei no projeto em 2012, ministrando aulas de natação, futsal e voleibol. Durante esse período, pude identificar diversas dificuldades enfrentadas pelas crianças, tanto no rendimento escolar quanto nas interações sociais. Observando a necessidade de diversificar as atividades, sugeri a inclusão de aulas de dança, as quais foram incorporadas ao cronograma após diálogo com o coordenador e o secretário de Assistência Social. A dança passou a atrair novos participantes, promovendo maior engajamento e proporcionando um ambiente mais acolhedor e criativo.

Após cerca de um ano, retornei à atuação nas escolas, sem, no entanto, me desvincular completamente do projeto. Posteriormente, fui contratado pela APAE, onde ministrei aulas de dança, natação e psicomotricidade, sendo parte dessas aulas realizadas nas instalações do próprio Projeto Sapeca, em horários alternados. Durante esse período, tive contato com ex-alunos do projeto, os quais relatavam que, após minha saída, as atividades tornaram-se repetitivas e menos envolventes. Segundo esses relatos, havia uma ausência de atenção afetiva e de atividades diversificadas, o que desmotivava a participação de muitas crianças, algumas das quais frequentavam o projeto sobretudo em busca de alimentação e acolhimento.

Essas vivências reforçaram minha percepção sobre o papel transformador que um projeto esportivo pode exercer na vida de crianças e adolescentes em situação de

vulnerabilidade. Também despertaram em mim a necessidade de aprofundar meus conhecimentos e contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas e da gestão desses programas. Foi nesse contexto que decidi ingressar no mestrado, com o objetivo de realizar uma análise crítica, fundamentada e propositiva sobre o Projeto Sapeca, buscando compreender suas potencialidades, seus limites e caminhos possíveis para o fortalecimento da inclusão social por meio do esporte.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa teve início após a obtenção da autorização institucional para sua realização no Projeto SAPECA, desenvolvido no município de Conceição do Castelo, Espírito Santo. Em um primeiro momento, foram apresentados aos participantes os objetivos e as finalidades do estudo, destacando seu caráter acadêmico e científico, bem como assegurando a confidencialidade das informações fornecidas. Essa etapa inicial mostrou-se fundamental para a construção de um ambiente pautado na confiança, no respeito e na ética, favorecendo o estabelecimento de vínculos entre pesquisador e participantes. Como resultado, os colaboradores sentiram-se mais seguros e à vontade para compartilhar suas experiências, percepções e vivências de forma espontânea, contribuindo significativamente para a riqueza e a profundidade dos dados coletados.

As entrevistas foram conduzidas de forma semiestruturada, seguindo um roteiro previamente elaborado, mas permitindo flexibilidade para aprofundamento de temas emergentes. Em diversos momentos, os entrevistados trouxeram memórias marcantes, percepções sobre mudanças comportamentais, relatos de superação e reflexões sobre o papel do projeto em suas formações pessoal e social. As falas revelaram não apenas dados objetivos, mas também significados subjetivos atribuídos à experiência no Projeto SAPECA.

As atividades cotidianas do projeto foram observadas pelo pesquisador. A presença no campo possibilitou acompanhar práticas esportivas, momentos de convivência, mediação de conflitos, orientações coletivas e interações informais entre equipe e participantes. Foi possível perceber diferenças comportamentais entre crianças recém-chegadas e aquelas com maior tempo de permanência, especialmente no que se refere à disciplina, à socialização e ao senso de responsabilidade. As observações foram registradas em diário de campo, permitindo posterior análise e articulação com os depoimentos coletados.

Durante o processo de acompanhamento das atividades e análise das práticas institucionais, também foi elaborado, em conjunto com a equipe, um Manual de Boas Práticas do Projeto SAPECA. Esse documento buscou sistematizar orientações relacionadas à convivência, organização das atividades, mediação de conflitos, ética profissional e fortalecimento de vínculos, contribuindo para qualificar ainda mais o trabalho desenvolvido e assegurar a continuidade das ações com maior organização e intencionalidade pedagógica.

A combinação entre entrevistas, observação participante e elaboração do manual permitiu uma compreensão mais ampla da realidade investigada. A triangulação das informações fortaleceu a análise dos resultados, evidenciando os impactos do projeto na vida dos participantes, os desafios enfrentados pela gestão e as potencialidades da iniciativa enquanto política pública de caráter socioeducativo e esportivo no município.

4.1 Trajetória do Projeto Sapec

O Projeto SAPECA (Serviços Assistenciais de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente) constitui-se como uma política pública municipal de proteção social, criada por meio da Lei nº 1.177, de 20 de agosto de 2007 (Conceição do Castelo, 2007). Sua implantação decorre da necessidade de oferecer às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social um espaço de convivência, desenvolvimento educacional, cultural e esportivo, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Projeto foi oficializado pelo Poder Executivo Municipal, sob a gestão do prefeito Francisco Saulo Belisário, com aprovação da Câmara de Vereadores. Embora sua criação tenha origem institucional, a consolidação pedagógica e operacional contou com a participação de profissionais locais, em especial o professor José Márcio Moraes Demartin, que atua até hoje como coordenador e é um dos principais idealizadores do projeto. Sua contribuição foi determinante para estruturar as oficinas e atividades, definindo o caráter socioeducativo do SAPECA e garantindo a integração entre esporte, educação e inclusão social. Essa articulação entre iniciativa governamental e protagonismo local configura uma das singularidades do projeto, evidenciando sua identidade própria no contexto das políticas públicas municipais.

O projeto funciona em um espaço destinado às atividades socioeducativas e esportivas, atendendo atualmente cerca de 200 crianças e adolescentes, organizados em turmas conforme faixa etária e turno escolar. As atividades acontecem no período contrário ao da escola regular, funcionando de segunda à sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h às 16h. Com o objetivo de garantir espaço físico adequado, a Prefeitura aprovou, em 2020, a Lei nº 2.240, autorizando a locação do imóvel pertencente ao Caxias Castelense Clube, localizado na região central do município (Conceição do Castelo, 2020).

Os dados demográficos do município indicam a existência de aproximadamente 1.895 crianças e adolescentes, sendo 839 com idade entre 6 à 10 anos, 436 entre 11 à 14

anos e 620 entre 14 à 17 anos. Esses números evidenciam a amplitude do público infantojuvenil local e permitem dimensionar a relevância das políticas públicas voltadas à promoção do esporte, do lazer e da inclusão social. Diante desse cenário, verifica-se que o projeto atende atualmente cerca de 200 participantes, o que corresponde a aproximadamente 10,6% do público do município.

Embora o SAPECA seja reconhecido como uma importante iniciativa de inclusão social por meio do esporte, os dados revelam que sua capacidade de atendimento ainda é limitada em relação à demanda potencial existente. Isso significa que aproximadamente 89,4% das crianças e adolescentes do município não são contemplados diretamente pelas atividades oferecidas pelo projeto. Tal resultado evidencia uma discrepância entre a relevância social da iniciativa e sua capacidade de alcance, demonstrando que parcela significativa da população infantojuvenil permanece sem acesso a essa política pública.

Essa realidade não constitui um desafio exclusivo do SAPECA, sendo observada em diversos programas sociais esportivos brasileiros. Segundo Bueno (2008), a limitação de recursos financeiros, humanos e estruturais frequentemente restringe a expansão e a consolidação de políticas públicas de esporte social, dificultando a universalização do acesso. No caso estudado, fatores como o número limitado de vagas, a dependência de recursos públicos e as dificuldades para ampliar as ações em diferentes localidades do município contribuem para a manutenção dessa lacuna.

Sob essa perspectiva, os resultados evidenciam a necessidade de fortalecimento institucional do projeto, por meio da ampliação dos investimentos, da diversificação das fontes de financiamento e da criação de estratégias que possibilitem alcançar um número maior de crianças e adolescentes. A expansão das ações do SAPECA pode representar um importante avanço na garantia do direito ao esporte e ao lazer, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), contribuindo para que um contingente maior da população infantojuvenil tenha acesso a oportunidades de desenvolvimento social, educacional e esportivo.

Um dos principais fatores que contribuem para essa exclusão está relacionado à população residente na zona rural e que já trabalham. As crianças e adolescentes que vivem em comunidades mais afastadas enfrentam dificuldades de acesso, especialmente devido à ausência de transporte regular, o trabalho no campo e à centralização das atividades na área urbana. Dessa forma, o projeto, ainda que inclusivo em sua proposta, acaba reproduzindo um processo de exclusão, no qual sujeitos do campo permanecem à margem das políticas públicas. Essa realidade evidencia uma desigualdade histórica entre

campo e cidade, em que os serviços públicos tendem a se concentrar nos centros urbanos, limitando o acesso da população rural.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente no que se refere ao princípio da proteção integral e do acesso universal aos direitos fundamentais, essa exclusão se torna ainda mais problemática. O ECA estabelece que é dever do Estado assegurar, com absoluta prioridade, o acesso de crianças e adolescentes à educação, ao esporte, ao lazer e à convivência comunitária (Brasil, 1990). No entanto, quando políticas públicas não alcançam determinados territórios, como as áreas rurais, ocorre uma violação indireta desses direitos, revelando fragilidades na efetivação das garantias legais previstas na legislação. Conforme dispõe o artigo 4º do ECA, a proteção integral deve ser assegurada de forma universal e prioritária, sem distinções territoriais ou sociais (Brasil, 1990).

Nesse sentido, é importante compreender que políticas públicas consistem em ações planejadas e executadas pelo Estado com o objetivo de atender demandas sociais e promover o bem-estar coletivo. Para que sejam efetivas, essas políticas precisam considerar as especificidades territoriais e sociais da população atendida. No caso do SAPECA, embora sua proposta seja relevante e alinhada às diretrizes nacionais, sua execução ainda carece de estratégias que ampliem o acesso e garantam maior equidade, especialmente para os da zona rural.

A valorização da zona rural, portanto, deve ser incorporada como elemento central no planejamento e na expansão do projeto. Isso implica reconhecer as particularidades desse território, investir em transporte, descentralizar ações ou criar polos de atendimento em comunidades rurais. Sem essas iniciativas, corre-se o risco de manter uma política pública que, embora bem-sucedida em sua essência, não alcança plenamente aqueles que mais necessitam.

O Projeto SAPECA apresenta-se como uma experiência relevante no campo do esporte educacional e da inclusão social, destacando-se por sua proposta pedagógica integrada e pelo impacto positivo na vida dos participantes. Contudo, suas limitações evidenciam a necessidade de aprimoramento contínuo, sobretudo no que diz respeito à ampliação do acesso e à superação das desigualdades territoriais. Conforme aponta Demo (2002), políticas sociais só se tornam efetivamente transformadoras quando conseguem atingir os segmentos mais vulneráveis da população, garantindo não apenas acesso, mas também equidade e justiça social.

4.2 A Visão da Coordenação

A entrevista foi realizada com o coordenador do Projeto, José Marcio Dematin, que permitiu compreender os aspectos relacionados à origem, organização, objetivos e impactos sociais da iniciativa no município de Conceição do Castelo – ES. Segundo o coordenador, o projeto surgiu a partir da iniciativa da antiga Secretária de Assistência Social, Rita Ayres, com a finalidade de promover a inclusão social e oferecer alternativas educativas e esportivas para crianças e adolescentes, contribuindo para seu afastamento das ruas.

O coordenador explicou que o nome SAPECA foi escolhido por ser de fácil identificação para o público infantil, além de representar a sigla Serviço Assistencial de Proteção Especial a Crianças e Adolescentes, refletindo o caráter social da proposta.

Atualmente, a equipe é composta por um coordenador, três estagiários, um auxiliar de serviços gerais e um trabalhador braçal. As atividades incluem modalidades esportivas e recreativas, como natação, voleibol, futebol, equitação (prática com cavalos) e ações de recreação. A condução das atividades ocorre de forma colaborativa entre coordenação e estagiários, evidenciando um trabalho integrado.

O planejamento das ações pedagógicas e esportivas é realizado por meio de reuniões periódicas, nas quais são discutidas propostas, estratégias e adaptações necessárias ao desenvolvimento dos participantes. Esse processo coletivo favorece a construção de um ambiente educativo dinâmico e participativo, alinhado às demandas das crianças e adolescentes atendidos.

[...] as atividades são organizadas junto com os estagiários, sempre em reuniões, em que a gente troca ideias para melhorar o atendimento. [...]
(Coordenador do projeto).

O projeto tem como foco o desenvolvimento integral dos participantes, por meio da oferta de atividades educativas, culturais, esportivas e sociais. Essas ações visam à formação cidadã, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e à prevenção de situações de vulnerabilidade social.

A entrevista evidenciou, ainda, o apoio de diferentes setores da administração pública municipal e estadual, como as Secretarias de Saúde, Educação, Esporte e Assistência Social. Essa articulação entre áreas amplia as possibilidades de atendimento e fortalece as ações desenvolvidas.

De acordo com o coordenador, são observadas melhorias significativas no desenvolvimento social e motor dos participantes, com destaque para o fortalecimento de

valores como responsabilidade, respeito, cooperação e amizade. Tais aspectos demonstram que a iniciativa vai além da prática esportiva, contribuindo também para a formação social e educacional.

Foram relatados exemplos de superação e transformação social, como alunos encaminhados para o esporte de alto rendimento e ex-alunos que ingressaram no ensino superior e retornaram ao projeto como estagiários, motivados pelas experiências vivenciadas.

[...] tem alunos que seguiram no esporte e outros que até voltaram como estagiários, depois de estudar. [...] (Coordenador do projeto).

O coordenador destacou que a iniciativa tem contribuído para a redução da presença de crianças e adolescentes nas ruas, além de oferecer suporte às famílias e proporcionar um ambiente seguro de convivência e aprendizagem, consolidando-se como uma ação relevante no campo das políticas sociais voltadas à infância e juventude.

Entre as estratégias adotadas para ampliação do alcance estão a divulgação das atividades, parcerias com escolas e articulação com órgãos de proteção à criança e ao adolescente, fortalecendo a atuação no território.

Apesar dos avanços, foram apontados desafios na gestão, como a insuficiência de materiais esportivos, a necessidade de uniformes e a ausência de espaço coberto adequado para atividades em condições climáticas adversas. Essas limitações estruturais podem impactar o funcionamento das ações.

Em situações de conflito ou vulnerabilidade, há atuação conjunta com equipes especializadas das secretarias municipais, possibilitando encaminhamentos adequados e fortalecendo a rede de proteção social.

O coordenador também percebe mudanças na cultura esportiva local, observando que muitos participantes passam a demonstrar interesse por modalidades de maior rendimento, buscando continuidade em outras práticas.

O acompanhamento do desenvolvimento ocorre por meio de parcerias com escolas e observação contínua da participação dos alunos, além da utilização de instrumentos como fichas individuais, controle de frequência e relatórios periódicos.

Entre os indicadores utilizados para avaliação estão participação, comprometimento e respeito às normas e aos envolvidos no projeto, permitindo monitorar o envolvimento dos participantes e orientar as ações.

Para os próximos anos, o coordenador destaca a necessidade de ampliação da equipe de estagiários, aquisição de novos equipamentos e adequação dos espaços físicos, visando melhorar a qualidade do atendimento.

[...] o Projeto SAPECA representa um espaço de acolhimento, segurança e oportunidades, onde crianças e adolescentes podem aprender, crescer e acreditar em seu potencial, fortalecendo valores e contribuindo para a construção de um futuro com mais possibilidades.[...] (Coordenador do projeto).

A fala evidencia que o projeto vai além da oferta de atividades esportivas, configurando-se como um ambiente de proteção e desenvolvimento integral para crianças e adolescentes. Nesse sentido, o esporte assume uma função educativa e social, favorecendo a construção de valores, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a promoção da cidadania. De acordo com Tubino (2010), o esporte social deve ser compreendido como um instrumento de inclusão capaz de proporcionar oportunidades de desenvolvimento humano, especialmente para indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, a percepção do coordenador encontra respaldo nas diretrizes de salvaguarda voltadas ao esporte. Conforme orienta o Comitê Olímpico Internacional (COI, 2023), organizações esportivas devem garantir ambientes seguros, inclusivos e livres de qualquer forma de violência, discriminação ou negligência, assegurando o bem-estar físico, emocional e social de crianças e adolescentes. Dessa forma, o SAPECA demonstra contribuir não apenas para a prática esportiva, mas também para a proteção e o desenvolvimento integral dos seus participantes.

Apesar dos impactos positivos identificados, o próprio estudo revelou limitações relacionadas ao alcance do projeto. Tal realidade não é exclusiva do SAPECA, sendo observada em diversos programas esportivos brasileiros que enfrentam dificuldades decorrentes da insuficiência de recursos financeiros, limitações de infraestrutura e restrições na oferta de vagas. Segundo Vianna e Lovisolo (2011), embora os projetos esportivos sociais sejam frequentemente apresentados como instrumentos de inclusão, muitos enfrentam desafios estruturais que dificultam a ampliação de seu atendimento e a universalização do acesso aos seus benefícios.

4.3 A importância do projeto na vida dos participantes

O Projeto SAPECA, em Conceição do Castelo – ES, desempenha um papel fundamental na vida das crianças e adolescentes, promovendo inclusão social ao garantir acesso a direitos básicos historicamente negados a públicos em situação de vulnerabilidade, como o esporte, a cultura, a educação e o convívio social estruturado. Essa inclusão se concretiza ao retirar crianças de contextos de risco, como o tempo ocioso nas ruas, e inseri-las em um ambiente educativo e acolhedor, no qual são reconhecidas, valorizadas e incentivadas a participar ativamente. Além disso, o projeto promove a integração entre diferentes grupos sociais, reduzindo desigualdades e possibilitando que crianças de distintas realidades compartilhem experiências comuns. Criado para atender jovens em situação de vulnerabilidade, o projeto tornou-se referência local ao articular esporte, cultura e educação em um mesmo espaço. Como aponta Minayo (2001), políticas sociais voltadas à infância devem garantir não apenas proteção, mas também oportunidades de formação cidadã.

[...] antes de entrar no projeto, eu ficava muito tempo na rua brincando com meus amigos, hoje eu tenho um lugar para aprender e me sentir importante.
[...] (Participante 1).

No campo educacional, o projeto contribui para a permanência dos alunos na escola ao oferecer atividades de reforço escolar. Essa ação auxilia no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem e reduz os índices de evasão. Gohn (2011) destaca que iniciativas comunitárias fortalecem processos de socialização e ampliam horizontes, pois vinculam a educação formal a experiências de caráter social e cultural.

A dimensão esportiva constitui outro eixo central. Modalidades como futebol, natação e vôlei favorecem a saúde física, a disciplina e o desenvolvimento de valores como cooperação e respeito. Para Bracht (2005), o esporte educacional deve priorizar a inclusão e a formação integral, distanciando-se da lógica de rendimento competitivo. Nesse sentido, o Projeto SAPECA consolida-se como espaço de aprendizagem que valoriza tanto o corpo quanto a convivência social.

[...] no esporte eu aprendi a ter disciplina e trabalhar em equipe. [...]
(Participante 2).

No aspecto social, o projeto possibilita que crianças e adolescentes construam vínculos afetivos e experimentem relações baseadas na solidariedade e no respeito mútuo. Esse ambiente seguro reduz a exposição a contextos de risco e amplia as condições de proteção social. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), é

dever do poder público assegurar acesso ao esporte, à cultura e ao lazer, elementos presentes na prática cotidiana do projeto.

Outro impacto relevante refere-se ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Ao promover eventos, apresentações e atividades abertas, o projeto aproxima famílias, estimula a participação social e reforça a corresponsabilidade na educação dos jovens. Esse processo também contribui para a inclusão social ao integrar não apenas os participantes, mas todo o seu entorno familiar e comunitário.

[...] o Projeto SAPECA ajudou não só meu filho, mas toda a nossa família. [...]

(Pai do participante 2).

A importância do Projeto SAPECA na vida de seus participantes manifesta-se em múltiplas dimensões: educacional, esportiva, social e comunitária. Ao proporcionar acesso a direitos básicos, cria condições para que crianças e adolescentes se desenvolvam de maneira integral, tornando-se cidadãos mais preparados para os desafios sociais e pessoais.

4.4 Trajetória Profissional

Os estagiários relataram ter ingressado no Projeto SAPECA após acumularem experiências na área socioeducativa e por serem estudantes do curso de Educação Física, motivados pelo desejo de atuar com crianças e adolescentes em um ambiente acolhedor e voltado ao desenvolvimento integral. Destacaram que suas trajetórias anteriores contribuíram significativamente para a adaptação às práticas pedagógicas e socioassistenciais desenvolvidas no projeto.

O ingresso no projeto ocorreu por meio de uma oportunidade profissional. Atualmente, exercem a função de acompanhamento direto dos participantes, auxiliando nas atividades diárias e colaborando na execução das ações educativas, esportivas e socioassistenciais ofertadas.

Os estagiários descrevem o projeto como um espaço de convivência, aprendizagem e desenvolvimento, no qual crianças e adolescentes recebem apoio, orientação e estímulos que favorecem o crescimento pessoal, social e emocional.

[...] aqui não é só um lugar para praticar esporte, é um espaço onde eles aprendem a conviver, respeitar o outro e acreditar mais neles mesmos. [...]

(Estagiário 2)

Além disso, destacaram avanços expressivos no comportamento, na socialização, na autoestima e no senso de responsabilidade dos participantes. Segundo eles, essas

transformações tornam-se perceptíveis ao longo do tempo, reforçando a importância do acompanhamento contínuo oferecido pelo projeto. Como exemplo, relataram casos de crianças que ingressaram tímidas ou com dificuldades de socialização e, com o apoio das atividades e do acolhimento institucional, passaram a demonstrar maior segurança, participação e confiança em suas interações.

[...] o projeto faz muita diferença na vida das crianças. A gente vê mudanças claras no comportamento, na forma como elas se relacionam e até na confiança que passam a ter nelas mesmas. Muitas chegam tímidas, com dificuldade de convivência, e com o tempo vão se soltando, participando mais e se sentindo parte de um grupo. [...] (Estagiário 1)

Em relação aos conflitos, explicaram que as situações são tratadas por meio do diálogo, da orientação e da mediação, priorizando o respeito, a convivência saudável e a reconciliação entre os envolvidos. Essa abordagem contribui para o fortalecimento de valores socioemocionais e para a construção de um ambiente cooperativo.

[...] quando acontece algum conflito, a gente conversa, escuta os dois lados e tenta fazer com que eles entendam o que aconteceu. Não é punição, é orientação. [...] (Estagiário 2)

Quanto à estrutura física, avaliaram que atende às necessidades básicas do projeto, embora ainda haja demanda por aprimoramentos, ampliação dos espaços e aquisição de novos materiais, visando qualificar ainda mais as atividades ofertadas.

De acordo com os estagiários, o projeto conta com apoio da gestão municipal, o que é fundamental para a manutenção das ações desenvolvidas. Ressaltaram, ainda, que o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas pode fortalecer significativamente as atividades.

[...] o apoio da prefeitura é essencial, mas se tivesse mais parcerias, daria para atender muito mais crianças. [...] (Estagiário 2)

Afirmaram que o Projeto SAPECA ampliou o acesso ao esporte para crianças e adolescentes de Conceição do Castelo – ES, oferecendo atividades orientadas, acessíveis e inclusivas, contribuindo para a formação integral e para o desenvolvimento motor e social dos participantes. Destacaram também que o projeto tem promovido uma transformação positiva na cultura esportiva local, evidenciada pelo maior interesse das crianças pelas atividades e pela valorização da prática esportiva por parte das famílias.

Entre as principais conquistas, destacaram a evolução das crianças, as mudanças comportamentais, a participação ativa das famílias e o fortalecimento de valores como convivência, respeito e cooperação.

Manifestaram, ainda, o desejo de que o projeto amplie suas atividades, melhore sua estrutura física, adquira mais materiais pedagógicos e esportivos e receba maior apoio, a fim de atender um número mais amplo de participantes no futuro.

[...] a gente queria poder alcançar mais crianças, principalmente aquelas que ainda não conseguem participar. [...] (Estagiário 2)

Os estagiários afirmaram que atuar no Projeto SAPECA tem sido uma experiência enriquecedora. Destacaram que aprendem diariamente com as crianças e acompanham de perto o impacto positivo que o projeto gera na comunidade, fortalecendo vínculos, ampliando oportunidades e contribuindo para trajetórias de desenvolvimento.

[...] o projeto faz muita diferença na vida das crianças. A gente vê mudanças claras no comportamento, na forma como elas se relacionam e até na confiança que passam a ter nelas mesmas. Muitas chegam tímidas, com dificuldade de convivência, e com o tempo vão se soltando, participando mais e se sentindo parte de um grupo. [...] (Estagiário 1).

4.5 Vivências e Aprendizados do Projeto Sapeca

O ex-aluno participou do Projeto SAPECA por aproximadamente três anos, durante a sua adolescência. Conheceu o projeto por meio da escola e por indicação de familiares e amigos, que viam no projeto uma oportunidade de participação em atividades educativas e esportivas em um ambiente seguro e orientado.

A sua participação foi marcada por experiências positivas, especialmente no que se refere à convivência com outros participantes e à relação com os educadores. Nesse contexto, destaca-se o sentimento de pertencimento ao grupo, entendido como um elemento fundamental para o desenvolvimento social e emocional de crianças e adolescentes. Conforme Bauman (2003), o pertencimento está associado à necessidade humana de integração e reconhecimento dentro de um coletivo, proporcionando segurança, identidade e vínculos sociais significativos.

Durante o período em que participava do projeto, ele aprendeu a ter valores como respeito, responsabilidade, cooperação e disciplina. Percebeu uma melhora significativa na sua autoestima, sua participação escolar, no comportamento e na forma de se relacionar com outras pessoas. Houve situações em que precisou superar a timidez e aprender a trabalhar em grupo, o que contribuiu para seu crescimento pessoal e social.

O relacionamento com os professores, monitores e o coordenador foram sempre baseados no diálogo, no cuidado e na orientação. Eles se mostravam atentos às suas

necessidades e dificuldades. A convivência com os outros participantes também foram importantes, pois criaram amizades e aprenderam a respeitar as diferenças.

Ele diz que o Projeto SAPECA influenciou positivamente nas suas escolhas e na trajetória de vida. Os aprendizados adquiridos no projeto refletem até hoje na sua postura na faculdade, no trabalho e na convivência social. Ele leva os valores aprendidos, principalmente o respeito, a responsabilidade e a importância do esporte como ferramenta de inclusão e desenvolvimento. A participação no projeto contribuiu de forma significativa para a formação pessoal e educacional.

[...] considero o Projeto SAPECA fundamental para as crianças e adolescentes da cidade, pois oferece oportunidades que muitas vezes não estariam disponíveis fora dele. Percebo que o projeto contribuiu para mudanças positivas na comunidade, incentivando a prática esportiva e fortalecendo os vínculos familiares. Entre os pontos positivos, destaco o acolhimento, a organização das atividades e o comprometimento da equipe. [...] (Ex-aluno).

Já a ex-aluna relatou que enfrentava alguns desafios relacionados à limitação do espaço físico e à quantidade de materiais disponíveis. Em determinados momentos, a ampliação de recursos poderia ter potencializado as atividades oferecidas. Ainda assim, o projeto sempre buscou atender da melhor forma possível às necessidades dos participantes.

Ela acredita que o projeto poderia ampliar ainda mais suas ações, investir em novas modalidades esportivas e melhorar a estrutura física. Destaca também a importância de ampliar o atendimento, de modo a alcançar um número maior de crianças e adolescentes. Ressalta que, caso existissem atividades voltadas para sua faixa etária atual, participaria novamente com muito prazer.

[...] minha participação no Projeto SAPECA foi uma experiência muito importante na minha vida. O projeto contribuiu para minha formação como pessoa e cidadão. Deixo como mensagem para os atuais participantes que aproveitem todas as oportunidades oferecidas, pois o SAPECA tem um papel fundamental no desenvolvimento pessoal, social e comunitário.[...] (Ex-aluna).

Ela participou do Projeto SAPECA desde os sete anos de idade, permanecendo por cerca de dez anos. Seu ingresso ocorreu por meio de um convite realizado na escola. O que mais a motivou foram as oficinas oferecidas pelo projeto. A primeira atividade praticada foi a natação, modalidade na qual permaneceu por mais tempo. Posteriormente, com a introdução da equitação que é a prática esportiva realizada com cavalos, passou a demonstrar maior interesse.

[...] a convivência com os cavalos foi, com certeza, uma das experiências que mais me marcaram.[...] (Ex-aluna).

A natação desempenhou um papel fundamental em sua vida, especialmente porque, após um quadro de pneumonia, apresentou fragilidade pulmonar. Com a prática, conseguiu fortalecer a respiração e recuperar o fôlego, o que lhe permitiu retomar a corrida, atividade que aprecia e que funciona como um refúgio pessoal.

Durante sua trajetória no projeto, aprendeu valores como paciência, respeito e empatia. A natação contribuiu significativamente para o fortalecimento da autoestima e para o desenvolvimento do trabalho em equipe. Já a equitação favoreceu seu crescimento pessoal. Ela destaca, ainda, que sempre manteve uma ótima relação com os professores, fator que fez grande diferença em sua experiência.

Com a prática da natação, desenvolveu o hábito de manter-se fisicamente ativa. Foi por meio da equitação que definiu seu projeto de vida, optando por seguir na área de Medicina Veterinária, uma vez que o contato com os animais despertou esse interesse.

A ex-aluna também percebe que o projeto vai além do esporte, não se limitando ao lazer, mas promovendo a formação de valores humanos essenciais. Ela observa mudanças positivas no município, inclusive em pessoas que participaram do projeto. Segundo seu relato, alguns indivíduos que anteriormente estavam envolvidos com situações de risco, como o uso de drogas, atualmente apresentam uma realidade diferente, o que, em sua visão, evidencia a importância do projeto nesse processo.

Como sugestão, aponta a ampliação de atividades que promovam maior contato com a natureza e estimulem a criatividade. Ainda assim, considera que o projeto contribui significativamente para tornar a sociedade de Conceição do Castelo mais ativa, além de colaborar com a saúde emocional da população.

Em sua vida pessoal, o projeto teve grande relevância, especialmente em momentos difíceis. Relata que era uma pessoa mais isolada, com poucos amigos e enfrentando problemas de saúde. Nesse contexto, o projeto proporcionou momentos de distração, favoreceu a construção de novas amizades e contribuiu para a melhoria de sua saúde, sendo, portanto, de grande importância em sua trajetória. Ela ressalta que a infância é uma fase breve, porém fundamental para o desenvolvimento humano.

[...] eu diria para as crianças aproveitarem cada momento, cada oportunidade, cada aprendizado. O projeto ensina coisas que a gente leva para a vida toda e ajuda a formar pessoas mais humanas. [...] (Ex-aluna).

4.6 Modelo de Gestão e Sustentabilidade Institucional do Projeto SAPECA

Os dados coletados evidenciam que o Projeto SAPECA adota um modelo de gestão baseado na articulação entre diferentes áreas da administração pública municipal, reunindo ações dos setores de assistência social, educação e esporte. A coordenação das atividades é realizada de forma colaborativa entre o coordenador do projeto e os estagiários, buscando garantir o acompanhamento das crianças e adolescentes atendidos e a execução das ações planejadas. Essa característica demonstra a existência de um trabalho integrado entre diferentes políticas públicas, aspecto considerado fundamental para o atendimento das múltiplas necessidades da infância e da juventude.

A atuação conjunta entre os setores de esporte, educação e assistência social amplia as possibilidades de atendimento oferecidas pelo projeto, uma vez que permite compartilhar conhecimentos, recursos e estratégias voltadas para objetivos comuns. De acordo com Junqueira (2004), a articulação entre diferentes áreas das políticas públicas favorece respostas mais amplas e eficazes às demandas sociais, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades econômicas e sociais. No caso do SAPECA, essa integração contribui para que o projeto ultrapasse a dimensão da prática esportiva, assumindo também funções educativas, formativas e de proteção social.

Entretanto, os relatos dos participantes também evidenciam desafios relacionados à continuidade e à ampliação das ações desenvolvidas. Para fortalecer e expandir as políticas públicas vinculadas ao projeto, torna-se necessário adotar estratégias permanentes de planejamento e financiamento, que não dependam exclusivamente de iniciativas pontuais ou de mudanças administrativas. Nesse sentido, a ampliação do investimento público representa não apenas o aumento dos recursos destinados ao esporte social, mas também a garantia de estabilidade financeira e condições adequadas para o desenvolvimento das atividades em longo prazo.

Essa necessidade é observada em diversos projetos esportivos brasileiros. Segundo Bueno (2008), a descontinuidade administrativa e as limitações orçamentárias figuram entre os principais obstáculos para a consolidação de políticas esportivas permanentes no país. Dessa forma, o fortalecimento institucional do SAPECA, por meio de mecanismos estáveis de gestão e financiamento, pode contribuir para ampliar seu alcance social, garantir a continuidade das ações e aumentar sua capacidade de atendimento às demandas existentes no município.

4.7 O Manual de Boas Práticas para Projetos Esportivos Sociais

O Manual de Boas Práticas para Projetos Esportivos Sociais configura-se como o produto técnico-educacional desta dissertação, que foi desenvolvido juntamente com os estagiários e o coordenador, a partir de fundamentação teórica, análise crítica das políticas públicas e experiência prática no campo do esporte social. O documento foi estruturado com base na compreensão do esporte como fenômeno educativo e social, conforme discutem Tubino (2010) e Bracht (2005), especialmente no que se refere à sua função formativa e cidadã.

O material tem como finalidade orientar profissionais que atuam em projetos esportivos educacionais e sociais, oferecendo diretrizes pedagógicas, éticas e organizacionais voltadas à qualificação das práticas em contextos de vulnerabilidade social. A proposta dialoga com a abordagem do esporte educacional e do esporte para o desenvolvimento humano, conforme defendido por autores e organismos internacionais (UNESCO, 2015).

Embora o esporte seja reconhecido em documentos internacionais como um direito humano conforme estabelece a Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (UNESCO, 2015) o acesso às práticas esportivas ainda ocorre de forma desigual. Nesse contexto, o manual adota princípios de inclusão, respeito à diversidade e promoção da cidadania, compreendendo o esporte como espaço de aprendizagem social e de desenvolvimento integral (Bracht, 2005; Tubino, 2010).

O produto incorpora diretrizes de salvaguarda e proteção de participantes, em consonância com recomendações internacionais de proteção de crianças e adolescentes em contextos esportivos, destacando a responsabilidade profissional na construção de ambientes seguros, respeitosos e livres de violência, abuso ou discriminação (UNESCO, 2015). Também considera a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aqueles relacionados à educação de qualidade, inclusão, paz e parcerias institucionais (ONU, 2015).

Do ponto de vista da gestão e sustentabilidade, o manual adota a perspectiva da Hélice Tripla e da Hélice Quíntupla, que defendem a cooperação entre poder público, universidades, setor produtivo, sociedade civil e contexto social ampliado, como estratégia de fortalecimento de políticas e projetos sociais (Etzkowitz; Zhou, 2017).

Com isso o manual apresenta-se como um instrumento original, formativo e aplicado, alinhado aos objetivos desta dissertação e às exigências acadêmicas para defesa,

contribuindo para a consolidação de práticas esportivas mais qualificadas, éticas e comprometidas com a transformação social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou analisar o desenvolvimento do Projeto SAPECA no município de Conceição do Castelo – ES, considerando seu papel na formação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A partir da articulação entre referencial teórico, análise documental, entrevistas e observação, foi possível compreender o projeto como uma importante iniciativa de esporte educacional, alinhada às diretrizes das políticas públicas de inclusão social e aos pressupostos de formação integral do indivíduo.

Os resultados evidenciam que o Projeto SAPECA vai além da oferta de práticas esportivas, configurando-se como um espaço de construção de cidadania, fortalecimento de vínculos sociais e promoção de valores como respeito, cooperação, disciplina e responsabilidade. As experiências relatadas pelos participantes, bem como as observações em campo, demonstraram impactos positivos nas dimensões comportamental, educacional e social, reforçando o potencial do esporte como ferramenta de transformação social, conforme apontado por autores da área.

Entretanto, a pesquisa também revelou desafios significativos, especialmente no que se refere à continuidade das ações, à necessidade de ampliação do alcance do projeto e ao fortalecimento da gestão e das políticas públicas locais. Nesse contexto, destaca-se de forma relevante a questão da população residente na zona rural do município, que enfrenta maiores dificuldades de acesso ao projeto. Fatores como a distância geográfica, a limitação de transporte público, trabalho, a falta de informação e, por vezes, a incompatibilidade de horários constituem barreiras concretas que impedem a participação de muitas crianças e adolescentes. Essa realidade evidencia um processo de exclusão indireta, no qual, embora o projeto seja público e gratuito, não alcança de forma equitativa todos os sujeitos que dele necessitam.

Dessa forma, torna-se fundamental que o poder público municipal, em parceria com a gestão do projeto, desenvolva estratégias específicas para inclusão da população rural, como a oferta de transporte, a descentralização das atividades ou a criação de polos comunitários em localidades mais afastadas. Tal medida contribuiria para ampliar o alcance social do projeto SAPECA, garantindo o direito ao esporte e ao lazer também às crianças e adolescentes do campo, conforme previsto nas políticas públicas e nos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A elaboração do Manual de Boas Práticas constituiu-se como um significativo produto, oferecendo contribuições concretas para a qualificação das práticas pedagógicas e organizacionais do projeto. Esse instrumento reforça a importância do planejamento, da formação continuada dos profissionais e da sistematização das ações como estratégias fundamentais para o fortalecimento de iniciativas socioesportivas.

O estudo contribui para a ampliação das discussões sobre esporte, inclusão social e políticas públicas, especialmente ao abordar uma realidade ainda pouco explorada na literatura científica. Ao dar visibilidade às experiências e trajetórias dos sujeitos envolvidos, incluindo aqueles que se encontram à margem do acesso ao projeto, como a população da zona rural, a pesquisa também cumpre um papel social relevante, promovendo reflexões que podem subsidiar novas investigações e intervenções mais inclusivas.

Conclui-se que o Projeto SAPECA representa uma experiência positiva no campo do esporte social, com potencial de expansão e aprimoramento. Para isso, torna-se fundamental o fortalecimento das políticas públicas municipais, o investimento em gestão eficiente e a construção de parcerias que assegurem a continuidade e ampliação das ações. Sobretudo, é necessário avançar na superação das desigualdades territoriais, garantindo que o esporte, enquanto direito social, alcance de forma plena tanto os da área urbana quanto da zona rural, promovendo assim, uma inclusão e melhores condições de vida para crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 145-155, abr. 1997.
- ASSIS, S. G.; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q. **Resiliência**: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BARRETO, D. C.; PERFEITO, R. S. Motivação de crianças e adolescentes praticantes de esportes em projetos de inclusão social do Rio de Janeiro. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 53, p. 152-163, 2018. DOI: 10.5007/2175-8042.2018v30n53p152.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. 200 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.
- BRACHT, V. **Educação Física escolar**: crítica e alternativas. São Paulo: Cortez, 2016.
- BRACHT, V. M. Parcerias e financiamento no esporte social: experiências internacionais e lições para o Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 17, n. 4, p. 23-35, 2003.
- BRACHT, V. **Educação Física e Aprendizagem Social**. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2005.
- BRACKENRIDGE, C. H. **Salvaguarda no esporte**: Uma revisão crítica das políticas e práticas. Londres: Routledge, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. **Lei de Incentivo ao Esporte**. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006.
- BRASIL. **Lei Pelé**. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.
- BRITO, F. L.; OLIVEIRA, J.; CARVALHO, D. Inovação Social e Esporte: reflexões a partir do modelo da quintupla hélice. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, e020021, 2021.
- CAMARGO, A. Gestão de projetos esportivos sociais: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, n. 1, p. 123-132, 2011.
- CAMARGO, L. P.; MATARUNA, L.; TAVARES, O. Revisão sobre projetos sociais esportivos no Brasil: atualização de revisão, metanálise qualitativa e percepção de lacuna de pesquisa. **Retos**, v. 46, p. 24-35, 2022. DOI: 10.47197/retos.v46.91091.
- CARAYANNIS, E. G.; CAMPBELL, D. F. J. "Triple Helix, Quadruple Helix and Quintuple Helix and How Do Knowledge, Innovation and the Environment Relate To

Each Other?" **International Journal of Social Ecology and Sustainable Development**, v. 1, n. 1, p. 41–69, 2010.

CASTELLANI FILHO, L. **Política de Esporte no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1998.

CASTRO, S. B. E.; SOUZA, D. L. **Significados de um projeto social esportivo**: um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 04, p. 145-163, out./dez. 2011.

COALTER, F. **A wider social role for sport**: Who's keeping the score? Routledge, 2007.

COALTER, F. Sport-for-development: going beyond the boundary? **Sport in Society**, v. 10, n. 4, p. 537-560, 2007.

COELHO, V. L.; SOUZA, C. P. A institucionalização das políticas públicas de esporte no Brasil: avanços e desafios. **Cadernos de Políticas Públicas**, v. 11, n. 2, p. 45–58, 2018.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Consensus statement**: harassment and abuse (non-accidental violence) in sport. Lausanne: IOC, 2016. Disponível em: <https://olympics.com>. Acesso em: 2 jul. 2025.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **International Safeguarding Framework**. Lausanne: IOC, 2023.

CONCEIÇÃO DO CASTELO. **Lei nº 1.177, de 20 de agosto de 2007**. Institui o Projeto SAPECA no município de Conceição do Castelo. Disponível em: <https://conceicaodocastelo.legislacaocompilada.com.br>. Acesso em: 23 set. 2025.

CONCEIÇÃO DO CASTELO. **Lei nº 2.240, de 26 de junho de 2020**. Autoriza a locação de imóvel para funcionamento do Projeto SAPECA. Disponível em: <https://conceicaodocastelo.legislacaocompilada.com.br>. Acesso em: 23 set. 2025.

CONCEIÇÃO DO CASTELO. **Projeto SAPECA**: Escolinha de esportes gratuitos para crianças e adolescentes. 2023. Disponível em: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2025.

CORREIA, M. M.; **Projetos sociais em educação física, esporte e lazer**: reflexões preliminares para uma gestão social. Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Iserj). 2020.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

DACOSTA, L. **Esporte e sociedade**: uma introdução à sociologia do esporte. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

DAVIES, R.; SPENCER, D. **Safeguarding children in sport**: the role of the sports coach. In: LANG, Melanie; HARTILL, Mike (Org.). **Safeguarding, child protection and abuse in sport: international perspectives in research, policy and practice**. London: Routledge, 2010. p. 89–101.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. **The Triple Helix: University–Industry–Government Innovation and Entrepreneurship**. 2. ed. New York: Routledge, 2017.

FERREIRA, R. A.; MASCARENHAS, F. Pedagogia do esporte e juventude periférica: uma análise crítica de experiências educativas em projetos sociais. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 7, n. 1, p. 65-83, 2020.

FIFPro – FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOLISTAS PROFISSIONAIS. Youth Development and Safeguarding Policy. Hoofddorp: FIFPro, 2021. Disponível em: <https://www.fifpro.org>. Acesso em: 2 jul. 2025.

FRAGA, E.; MEZZADRI, F. Políticas públicas e esportes sociais no Brasil: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 3, p. 687-702, 2011.

FRANCO, J. M.; FIGUEIREDO, J. Esporte e inclusão social: uma abordagem socioeducativa. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 3, p. 217-228, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, D. A.; NASCIMENTO, R. P. Metodologias inovadoras nos projetos esportivos sociais: juventude, tecnologia e inclusão. **Revista Interdisciplinar de Educação Física**, v. 5, n. 2, p. 90-104, 2023.

GALVÃO, P. G. **O Programa Forças no Esporte como fator de Inclusão Social e Desenvolvimento Esportivo no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Atividade Física) – Universidade Salgado Oliveira, Niterói, RJ, 2018.

GIULIANOTTI, R. Sport, peacemaking and conflict resolution: a contextual analysis and modelling of the sport, development and peace sector. **Ethnic and Racial Studies**, v. 34, n. 2, p. 207–228, 2011.

GOHN, M. G. O esporte e a inclusão social: possibilidades e limites. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 147-155, 2001.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, A. L.; FERRARO, A. A.; MELO, A. Salva-guarda no esporte: perspectivas para a proteção de crianças e adolescentes em projetos sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 43, e020021, 2021.

GOMES, M. A.; P., M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.10, n.2,p.357-363, 2005.

GOMES, R. M. A gestão de projetos esportivos sociais: desafios e perspectivas. **Revista Movimento**, v. 24, n. 1, p. 45-59, 2018.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

HYLTON, K. **Sport development: policy, process and practice**. London: Routledge, 2010.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.

KNIJNIK, J. D. **Esporte, educação e políticas públicas**: um campo em construção. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 126, p. 1111-1130, 2014.

LEVERMORE, R. **Sport-for-development and the 2015 Millennium Development Goals**: realizing the potential. *Third World Quarterly*, London, v. 32, n. 3, p. 397–418, 2011. DOI: 10.1080/01436597.2011.573936.

MANAUS (AM). Prefeitura Municipal. **Prefeito lança o ‘Esporte na Comunidade’ para transformar Manaus**. Manaus, 28 jun. 2022. Disponível em: [Prefeitura de Manaus – Esporte na Comunidade](#). Acesso em: 18 jul. 2025.

MARCHI JÚNIOR, R.; MORAES, R. Engajamento comunitário em projetos esportivos sociais. **Movimento**, v. 16, n. 3, p. 787-802, 2010.

MARCHI JÚNIOR, W. J.; MORAES E SILVA, M. A importância da participação comunitária nos projetos sociais esportivos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 31, n. 2, p. 299–309, 2017.

MARINHO, A.; CONSTANTINO, F. T. Políticas públicas de esporte e lazer: limites e possibilidades de inclusão social. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 2, p. 9–24, jan./mar. 2010.

MARINHO, R. L.; CONSTANTINO, P. A. O papel das políticas públicas no fomento ao esporte social. **Cadernos de Políticas Públicas**, v. 6, n. 1, p. 45-60, 2010.

MARQUES, T.; GONÇALVES, R. Projetos sociais e juventudes periféricas. **Educação e Sociedade**, 2021.

MENDES, A. D.; AZEVÊDO, P. H. Políticas públicas de esporte e lazer & políticas públicas educacionais: promoção da educação física dentro e fora da escola ou dois pesos e duas medidas? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 127-142, set. 2010.

MEZZADRI, F. M. et al. Esporte, políticas públicas e inclusão social. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 1, 2010.

MEZZADRI, F. M. Políticas públicas do esporte no Brasil e sua (in)eficiência em contextos vulneráveis. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 28, n. 1, p. 113-127, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, L. B. V. R. H. **Projeto Social Esportivo e Resiliência**: O caso do Projeto Sorria. Dissertação (Mestrado em Ciência da Atividade Física) – Universidade Salgado Oliveira, Niterói, RJ, 2022.

MOREIRA, M.; SOARES, F. **Cultura esportiva e cidadania**. Contextos da Educação Física, 2022.

MOUNTJOY, M. et al. The IOC Consensus Statement: harassment and abuse (non-accidental violence) in sport. **British Journal of Sports Medicine**, London, v. 50, n. 17, p. 1019–1029, 2016. DOI: 10.1136/bjsports-2016-096121.

MÜLLER, L., & SILVA, D. A sustentabilidade de projetos esportivos sociais: desafios e oportunidades. **Revista de Políticas Públicas e Esporte**, 2019.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

NASCIMENTO, J. R. Projetos sociais esportivos e juventude favelada: uma etnografia em territórios de resistência. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 37, n. 1, p. 80-97, 2023.

NICHOLS, G. **Sport and crime reduction: The role of sports in tackling antisocial behavior**. London: Routledge, 2013.

NOGUEIRA, A.; SILVA, D. Esporte, gênero e inclusão. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, 2021.

NUNES, L. R. O. P.; FERREIRA, J. R.; MENDES, E. G. Produção discente da pós-graduação em educação e psicologia sobre o indivíduo com necessidades educacionais especiais. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. A. (Orgs.). **Temas em Educação Especial: avanços recentes**. São Carlos: EdUFSCar, 2004. p.131-142.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 14 abr. 2025.

PAES, R. R.; BALBINO, H. F. **Educação física escolar: Fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PETREÇA, Daniel Rogério et al. Estratégias de avaliação para programas de promoção da saúde com ênfase na atividade física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 301-312, 2019. DOI: 10.11606/1807-5509201900020301.

ROCHA, T. C. Gestão em rede e intersetorialidade nos projetos sociais esportivos: desafios e boas práticas. **Revista Gestão e Políticas Públicas**, v. 14, n. 1, p. 55-70, 2022.

RODRIGUES, H. A. Formação profissional para atuação em projetos sociais. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p. 273-287, 2013.

RUBIO, K. **A construção do herói esportivo brasileiro: mídia e identidade nacional**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SAAVEDRA, M. **Women, sport and development**. In: SCHULENKORF, N.; ADAMS, A.; HAYHURST, Lyndsay. **Routledge Handbook of Sport for Development and Peace**. London: Routledge, 2009.

SALLIS, J. F. et al. **Physical activity and health: the evidence explained**. 2. ed. London: Routledge, 2006.

SOARES, J. S. **Retrato de um projeto sociocultural e esportivo:** Rede do Bem, Dissertação (Mestrado em Ciência da Atividade Física) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, RJ, 2024.

SOUZA NETO, S.; FRAGA, A. B. Participação social e políticas públicas de esporte e lazer: entre a formulação e a execução. **Licere**, v. 22, n. 2, p. 25–47, 2019.

SOUZA, D.; DARIDO, S. C. A formação ética de professores e a proteção de crianças no esporte. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 4, p. 1261–1274, 2017. DOI: 10.22456/1982-8918.77364.

STAREPRAVO, F. A.; SANTOS, L. L. S. R. **Esporte como direito social?** O esporte na Constituição de 1988. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341314183_ESPORTE_COMO_DIREITO_SOCIAL_O_ESPORTE_NA_CONSTITUICAO_DE_1988. Acesso em: 14 maio 2025.

STIRLING, A. E.; KERR, G. A. Initiating and sustaining cultural change in sport organizations: a case study of a Canadian National Sport Organization. **Journal of Sport and Social Issues**, Thousand Oaks, v. 41, n. 2, p. 136–161, 2017. DOI: 10.1177/0193723517696960.

TAQUETTE, S. R.; BORGES, L. **Pesquisa qualitativa para todos**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2020.

TUBINO, M. J. G. **O esporte como fenômeno social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

UNESCO. **Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte**. Paris: UNESCO, 2015.

UNESCO. **Declaração de Kazan: o esporte como facilitador de desenvolvimento sustentável**. Paris: UNESCO, 2017.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Child safeguarding in sport for development: a guide for organizations**. Nova York: UNICEF, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 2 jul. 2025.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte**. Paris: UNESCO, 2015.

UNOSDP – UNITED NATIONS OFFICE ON SPORT FOR DEVELOPMENT AND PEACE. **Harnessing the Power of Sport for Development and Peace: Recommendations to Governments**. Geneva: UN, 2010.

VIANNA, J. A.; LOVISOLO, H. R. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, n. 2, p. 285-296, 2011.

VIANNA, J. A.; LOVISOLO, H. **Projetos sociais esportivos: reflexões e desafios**. Rio de Janeiro: Shape, 2011.

VIEIRA, L. F.; DARIDO, S. C. A prática do esporte educacional como ferramenta de inclusão e transformação social. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 193–216, 2009.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global action plan on physical activity 2018–2030: more active people for a healthier world**. Geneva: WHO, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título do Projeto: O esporte como ferramenta de superação e inclusão no projeto Sapeca

Pesquisador Responsável: Jaquesson Serpa

Nome do participante:

Data de nascimento:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário, do projeto de pesquisa *o esporte como ferramenta de superação e inclusão no projeto Sapeca*, de responsabilidade do pesquisador Jaquesson Serpa.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte qualquer dúvida de que quiser. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final desse documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. A pesquisa tem como objetivo analisar o desenvolvimento do Projeto Sapeca de Conceição do Castelo na formação de crianças e adolescentes e ampliação da oferta esportiva na cidade. Para a realização deste estudo fundamenta-se na relevância social, educacional e esportiva que o Projeto Sapeca representa para o município. Trata-se de uma iniciativa que busca não apenas promover a prática esportiva, mas também contribuir para a inclusão social, o fortalecimento de vínculos comunitários e a formação cidadã de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, investigar seus impactos permite compreender de que maneira programas esportivos locais podem se consolidar como políticas públicas efetivas de promoção do esporte educacional.

2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em: realização de entrevistas semiestruturadas com duração média de 50 minutos com os (professores, coordenador e ex-participantes), a observação das atividades esportivas realizadas pelo projeto, além da análise de documentos institucionais e relatórios de desempenho. As entrevistas ocorrerão

em local previamente combinado e em horários definidos de comum acordo, sem necessidade de comparecimento múltiplo.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de desconforto que consiste na possibilidade de constrangimento ao responder as perguntas, como objetivo de evitar ou atenuar estes riscos será concedido ao participante um ambiente seguro que proporcione privacidade durante a coleta de dados e a condição de não responder as perguntas ou caso queira uma pausa para respirar e formular as respostas da maneira que desejar.

4. Ao participar desse trabalho estará contribuindo para os seguintes benefícios: a) promoção de reflexões sobre a trajetória individual dentro do Projeto Sapeca; b) contribuições para a melhoria das ações desenvolvidas pelo Projeto; e c) contribuição para o avanço do conhecimento científico na área de esportes. Ainda que não haja benefícios diretos imediatos, os resultados poderão beneficiar futuras gerações e subsidiar políticas públicas.

5. A minha participação nesse projeto deverá ter uma duração de cerca de 50 minutos que corresponde ao tempo de entrevista e aproximadamente 40 horas em que serei observado em práticas esportivas e reuniões do projeto.

6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisa justificar, e não sofrerei nenhum prejuízo.

7. Fui informado e estou ciente que não há nenhum valor econômico, a receber ou pagar, por minha participação.

8. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, serei compensado determina a resolução 466/12 do conselho nacional da saúde.

9. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei acesso a todas as informações, e esclarecimentos adicionais sobre os estudos e sua consequência, enfim tudo que queira saber antes e depois minha participação.

10. Fui informado dos dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para afins dessa pesquisa e que os resultados poderão ser publicados.

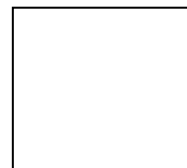
11. Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Jaquesson Serpa, pelo telefone (28) 99886-5669 ou pelo e-mail (jaquesson.serpa@hotmail.com) ou com o Comitê de Ética em Pesquisa (**Endereço:** Rua Marechal Deodoro, 217, bloco B, Térreo, Centro, Niterói – RJ. CEP: 24030-060. **Tel.** (21) 2138-4983. **E-mail:** cepuniverso@nt.universo.edu.br

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do participante

Impressão dactiloscópica



Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

Apêndice B - Entrevistas

Roteiro de entrevistas para professores e estagiários

1. Fale um pouco sobre sua trajetória até chegar ao Projeto Sapeca.
2. Como você começou a atuar no projeto e qual é sua função atual?
3. Como você descreveria o Projeto Sapeca para alguém que não o conhece?
4. De que forma você percebe o impacto do projeto na comunidade?
5. Que tipos de mudanças você observa nas crianças e adolescentes ao longo do tempo em que participam do projeto?
6. Pode compartilhar alguma situação marcante que ilustre o desenvolvimento ou superação de algum(a) participante?
7. Como são tratadas situações de conflito ou exclusão entre os participantes?
8. Como você avalia a estrutura física e os recursos disponíveis no projeto atualmente?
9. Existe apoio da gestão municipal ou de outras instituições públicas ou privadas?
10. Na sua opinião, o Projeto Sapeca tem ampliado o acesso ao esporte em Conceição do Castelo? Como?
11. Você percebe que houve alguma transformação na cultura esportiva da cidade por causa do projeto?
12. Quais são os principais desafios enfrentados no desenvolvimento do projeto hoje?
13. O que você considera como as maiores conquistas do Projeto Sapeca até agora?
14. Que melhorias ou mudanças você gostaria de ver no projeto nos próximos anos?
15. Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência no Projeto Sapeca?

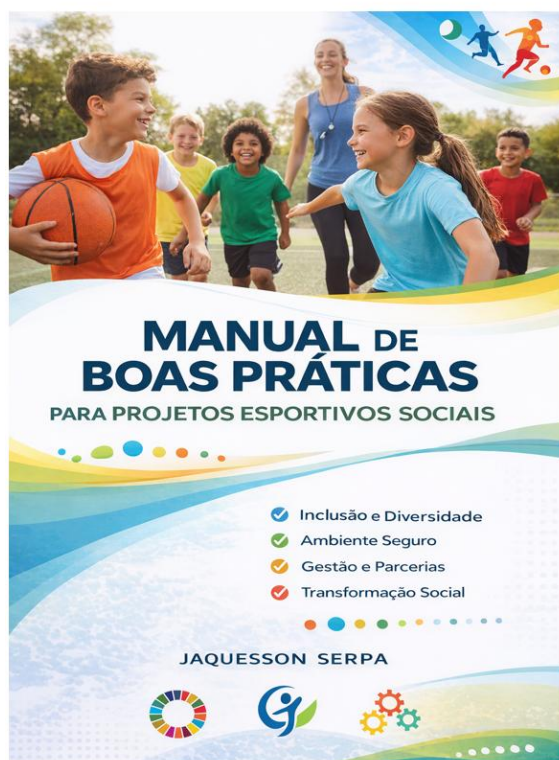
Roteiro de entrevistas para os ex-alunos

1. Há quanto tempo você participou do Projeto SAPECA e quantos anos você ficou?
 2. Como você conheceu o projeto e o que motivou sua entrada?
 3. Quais atividades (esportivas, socioeducativas, recreativas) você mais participava?
 4. Que elementos do projeto mais marcaram seu dia a dia (convivência, vínculos, aprendizados, apoio emocional etc.)?
 5. Que habilidades, valores ou comportamentos você acredita ter desenvolvido no período em que participou do projeto?
 6. Você percebe mudanças na sua autoestima, comportamento ou relacionamento com outras pessoas durante e após sua participação?
 7. Houve alguma situação marcante que representou superação, inclusão ou crescimento pessoal?
 8. Como era o relacionamento com os educadores, monitores e coordenadores?
 9. Na sua opinião, o SAPECA influenciou suas escolhas ou oportunidades após sair do projeto (como estudos, trabalho, esporte, convivência social)?
 10. O que você leva até hoje dos aprendizados vividos no projeto?
 11. Como você avalia o papel do Projeto SAPECA para as crianças e adolescentes da cidade?
 12. Você percebe mudanças na comunidade ou na cultura local devido ao projeto?
 13. Na sua opinião, quais pontos positivos mais se destacam no SAPECA?
 14. Se pudesse sugerir algo para aprimorar o projeto, o que recomendaria?
 15. Você acredita que o SAPECA deveria ampliar suas ações para outras faixas etárias ou modalidades?
 16. Você gostaria de participar novamente, caso houvesse atividades para sua idade atual?
 17. Há algo que você gostaria de acrescentar sobre sua trajetória no projeto?
 18. Que mensagem deixaria para as crianças e adolescentes que estão participando do SAPECA hoje?
-

Roteiro da entrevista para o coordenador

1. Poderia contar brevemente como surgiu o Projeto SAPECA? Por que o nome SAPECA ?
2. Como está estruturado atualmente o Projeto SAPECA em termos de equipe, atividades e atendimento aos participantes?
3. Como ocorre o processo de planejamento das atividades esportivas e educativas?
4. Quais são os objetivos centrais do Projeto SAPECA?
5. O projeto tem algum apoio além da secretaria de assistência social ? Qual ?
6. Que mudanças mais significativas que você observa nas crianças e adolescentes atendidos ao longo do tempo?
7. Há exemplos de situações marcantes que evidenciem desenvolvimento, superação ou transformação social entre os participantes?
8. Quais impactos que o projeto SAPECA tem gerado na comunidade de Conceição do Castelo?
9. Quais são as estratégias utilizadas para garantir a continuidade e o fortalecimento das ações do projeto?
10. Quais são os principais desafios que o Projeto SAPECA enfrenta atualmente, tanto na gestão quanto no atendimento às crianças e adolescentes?
11. De que forma a coordenação lida com situações de conflito, vulnerabilidade ou demandas emergenciais?
12. A coordenação percebe mudanças na cultura esportiva e socioeducativa da cidade em função do projeto?
13. Qual a importância das atividades esportivas e de convivência na formação das crianças e adolescentes atendidos?
14. Como é realizado o acompanhamento do desenvolvimento dos participantes?
15. O projeto possui instrumentos de avaliação, registros ou relatórios que orientam o trabalho?
16. Há indicadores ou metas estabelecidas para medir resultados?
17. Quais melhorias ou expansões você considera importantes para os próximos anos?
18. Que mensagem deixaria sobre a importância do projeto para o município e para as famílias atendidas?

Apêndice C - Manual de Boas Práticas para Projetos Esportivos Sociais



Apresentação

Os projetos esportivos sociais configuram-se como importantes instrumentos de promoção da cidadania, inclusão, diversidade e desenvolvimento humano. Apesar de amplamente reconhecido em documentos internacionais, como a Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (UNESCO), o acesso ao esporte ainda não é plenamente assegurado a todos, sobretudo em comunidades vulneráveis. Diante dessa realidade, este manual foi elaborado com o objetivo de orientar professores, monitores e coordenadores na implementação de práticas esportivas de caráter educativo e social, garantindo qualidade, segurança, ética e impacto positivo nas comunidades atendidas.

Em concordância com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, este manual reforça o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à promoção da saúde, educação de qualidade, igualdade de gênero, redução das desigualdades, paz e fortalecimento de parcerias. A articulação entre tais objetivos orienta ações que valorizam a inclusão, a proteção de crianças e adolescentes e o desenvolvimento social por meio do esporte.

O documento também está fundamentado nos princípios da salvaguarda, garantindo ambientes seguros, acolhedores e livres de qualquer forma de violência, abuso ou discriminação. Assim, reforça-se que o esporte educacional deve ser um espaço de respeito, proteção e valorização humana.

Este manual integra a perspectiva da Hélice Quintupla, que envolvem a cooperação entre governo, instituições acadêmicas, setor produtivo, sociedade civil e meio ambiente. Essa integração amplia a capacidade de transformação dos projetos esportivos sociais, fortalecendo redes colaborativas e promovendo um desenvolvimento sustentável, democrático e inclusivo.

1. Princípios Norteadores

- **Inclusão e Equidade:** garantir acesso a todos, independentemente de gênero, raça, deficiência ou condição socioeconômica.
- **Educação pelo Esporte:** priorizar o desenvolvimento humano e os valores éticos sobre o resultado competitivo.
- **Continuidade e Sustentabilidade:** assegurar que as ações esportivas sejam permanentes, integradas às políticas públicas locais.
- **Participação Comunitária:** envolver famílias, escolas e lideranças locais em todas as etapas do projeto.
- **Transparência e Ética:** adotar práticas de gestão responsáveis, com prestação de contas e controle social.

2. Orientações Pedagógicas

- Planejar as aulas conforme a faixa etária e as necessidades dos participantes, respeitando seus ritmos e potencialidades.
- Priorizar metodologias cooperativas, nas quais o foco esteja no aprendizado e na convivência.
- Promover diversidade de modalidades esportivas para ampliar o repertório motor e cultural dos alunos.
- Valorizar o esporte como espaço de expressão, diálogo e inclusão.
- Avaliar continuamente o progresso individual e coletivo, valorizando o esforço, a participação e o comportamento ético.

3. Conduta Profissional e Salvaguarda

- Adotar política de tolerância zero contra qualquer forma de discriminação, abuso ou violência.
- Manter comportamento ético e respeitoso, estabelecendo limites adequados nas relações interpessoais.
- Garantir ambientes seguros e supervisionados, com verificação periódica das condições físicas e materiais.
- Preservar a confidencialidade das informações pessoais dos participantes.
- Disponibilizar canais de denúncia e atendimento em casos de risco, assegurando proteção imediata.

4. Estrutura e Gestão do Projeto

- Estabelecer parcerias intersetoriais entre poder público, instituições de ensino, empresas e sociedade civil.
- Definir metas e indicadores claros de participação, frequência e impacto social.
- Adotar sistema de monitoramento contínuo, com relatórios periódicos e reuniões avaliativas.
- Promover formação permanente da equipe técnica, abordando aspectos pedagógicos, sociais e éticos.
- Utilizar recursos públicos e privados de forma eficiente e transparente, priorizando a sustentabilidade financeira.

5. Atividades e Metodologia

- Desenvolver oficinas esportivas regulares, adaptadas às condições locais e às características dos participantes.
- Integrar o esporte a temas transversais como cidadania, saúde, meio ambiente e cultura.
- Organizar eventos comunitários, torneios e festivais esportivos com foco educativo e inclusivo.

- Estimular a criação de comissões juvenis e grupos de liderança, favorecendo o protagonismo dos participantes.
- Promover momentos de diálogo e reflexão, onde o esporte seja ponto de partida para debates sociais e comunitários.

6. Avaliação e Monitoramento

- Elaborar relatórios trimestrais com dados sobre frequência, desempenho escolar, convivência e participação familiar.
- Coletar feedbacks de alunos, famílias e parceiros, aprimorando continuamente as práticas.
- Registrar e divulgar experiências bem-sucedidas, incentivando a replicação de boas práticas.
- Avaliar os resultados com base em indicadores de impacto social, educacional e de comportamento ético.

7. Sustentabilidade e Impacto Social

- Articular o projeto às políticas públicas municipais, estaduais e federais, garantindo continuidade institucional.
- Buscar fontes diversificadas de financiamento, como editais, parcerias e incentivos fiscais.
- Fortalecer o engajamento comunitário, estimulando o voluntariado e a corresponsabilidade social.
- Divulgar resultados de forma transparente e acessível, fortalecendo a credibilidade e a confiança pública.
- Contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são: a ODS 3 que é (Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades), a ODS 4 (Garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 10 (Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), reforçando o compromisso com uma prática esportiva ética, democrática e alinhada ao desenvolvimento sustentável.

8. Considerações Finais

Os projetos esportivos sociais têm um grande potencial para transformar realidades, desde que sejam planejados com propósito, executados com ética e avaliados com rigor. Este manual propõe uma base orientadora para que cada iniciativa atue de forma consistente, democrática e participativa, assegurando que o esporte seja instrumento de inclusão, cidadania e desenvolvimento humano sustentável. A boa prática, quando aplicada com compromisso e sensibilidade social, faz do esporte uma ponte entre a oportunidade e a transformação.

Anexo A - Termo de autorização de comitê de ética

UNIVERSIDADE SALGADO DE
OLIVEIRA - ASOEC -
UNIVERSO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O esporte como ferramenta de superação e inclusão no projeto Sapec

Pesquisador: JAQUESSON SERPA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 92426825.8.0000.5289

Instituição Proponente: ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.416.945

Apresentação do Projeto:

O esporte tem sido reconhecido como uma importante ferramenta de promoção da inclusão social, cidadania e saúde, especialmente em comunidades vulneráveis. No Brasil, os projetos esportivos sociais representam uma estratégia relevante de política pública, mas enfrentam desafios relacionados à gestão, infraestrutura e continuidade. Este projeto tem como objeto de estudo o Projeto SAPECA, desenvolvido no município de Conceição do Castelo - ES, que atende crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, oferecendo atividades esportivas como natação, futebol, voleibol, futsal, xadrez, tênis de mesa, entre outras. A pesquisa tem como objetivo geral analisar o desenvolvimento

UNIVERSIDADE SALGADO DE
OLIVEIRA - ASOEC -
UNIVERSO



Continuação do Parecer: 8.416.945

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador sanou todas as pendências e o projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2627830.pdf	03/03/2026 20:03:06		Aceito
Outros	Carta_3.pdf	03/03/2026 20:02:22	JAQUESSON SERPA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	carta_de_anuencia.pdf	03/03/2026 19:54:54	JAQUESSON SERPA	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_8248844.pdf	03/03/2026 19:45:34	JAQUESSON SERPA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_2.pdf	15/12/2025 15:48:24	JAQUESSON SERPA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_te.pdf	22/10/2025 11:21:39	JAQUESSON SERPA	Aceito
Declaração de concordância	texto.pdf	09/09/2025 16:17:40	JAQUESSON SERPA	Aceito
Folha de Rosto	teste.pdf	09/09/2025 16:16:50	JAQUESSON SERPA	Aceito

Anexo B – Produções Acadêmicas



ANAIS DO XII SEMINÁRIO DE PESQUISA PPGCAF

Programa de Pós-graduação em Ciências da
Atividade Física
Universidade Salgado de Oliveira

doi: <https://doi.org/10.51995/2675-8245.v6i2e20200556>

NITERÓI, 2024

CARACTERÍSTICAS DE PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS NO BRASIL
CHARACTERISTICS OF SOCIAL SPORTS PROJECTS IN BRAZIL

Jaquesson Serpa¹

Renata Osborne²

¹Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física
 Universidade Salgado de Oliveira

RESUMO

Investigar o tema projetos esportivos sociais no Brasil é relevante por seu papel na inclusão social, na promoção de saúde e no desenvolvimento educacional e cultural de crianças e adolescentes. Algumas características comuns desses projetos são ações planejadas e implementadas pelo governo para promover o acesso, o desenvolvimento e a qualidade das práticas esportivas na sociedade. Elas visam democratizar o esporte, torná-lo acessível para todos e promover seu papel como meio de inclusão social, saúde pública e educação. No Brasil, diversos projetos esportivos são desenvolvidos por instituições governamentais, ONGs, clubes e empresas privadas. Esses projetos buscam fomentar o acesso ao esporte, desenvolver novos talentos, e promover a inclusão social. O esporte é um valioso instrumento de desenvolvimento humano, dispondo de vários benefícios, tanto para o plano individual como coletivo. Os projetos esportivos sociais não se limitam apenas à prática esportiva, mas também envolvem questões de cidadania, autoestima, educação, respeito, disciplina, bem-estar e o trabalho em equipe, que são fundamentais para a formação do caráter e o desenvolvimento pessoal. Os projetos, em geral, objetivam oportunidades de ascensão social, além de atuar na prevenção de problemas como a violência, o uso de substâncias ilícitas e o abandono escolar. Esse tema está sendo investigado primeiramente por uma pesquisa bibliográfica, buscando artigos acadêmicos, livros, dissertações, teses e relatórios de instituições. Posteriormente será realizada uma pesquisa de campo com objetivo de analisar os impactos de um projeto esportivo social para a transformação pessoal e social. Será realizada uma coleta de dados por meio de entrevistas com os participantes, professores, estagiários, coordenador e os participantes que saíram do projeto.

Palavras-chave: Projetos Esportivos, inclusão social, Brasil, esporte, lazer.

Referências

ASSIS, Simone. Gonçalves, PESCE, Renata Pires.; AVANCI, Joviana Quintes. Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Lei no 8069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm . Acesso em: 16 de novembro. 2024.

CASTRO, Suélen Barbosa Eiras; SOUZA, Doralice Lange. Significados de um projeto social esportivo: um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes. Movimento, Porto Alegre, v. 17, n. 04, p. 145-163, out./dez. 2011.

Contributions of school physical education to the sustainable development goals of Agenda 2030: a Brazilian perspective

Contribuições da educação física escolar para os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030: uma perspectiva brasileira

Contribuciones de la educación física escolar a los objetivos de desarrollo sostenible de la Agenda 2030: una perspectiva brasileña

DOI: 10.54033/cadpedv22n11-304

Originals received: 8/25/2025
Acceptance for publication: 9/19/2025

Renata Osborne

PhD in Educational Leadership
Institution: Salgado de Oliveira University
Address: Niterói, Rio de Janeiro, Brazil
E-mail: renata.costa@nt.universo.edu.br

Salvador Baena-Morales

Phd Physical Education and Sport
Institution: Universidade de Alicante
Address: Alicante, Spain
E-mail: salvador.baena@ua.es

Luiz Claudio do Nascimento

Student of Master's in physical Activity Sciences

Institution: Salgado de Oliveira University

Address: Niterói, Rio de Janeiro, Brazil

E-mail: teo.rev.junior@gmail.com

Jaquesson Serpa

Student of Master's in physical Activity Sciences

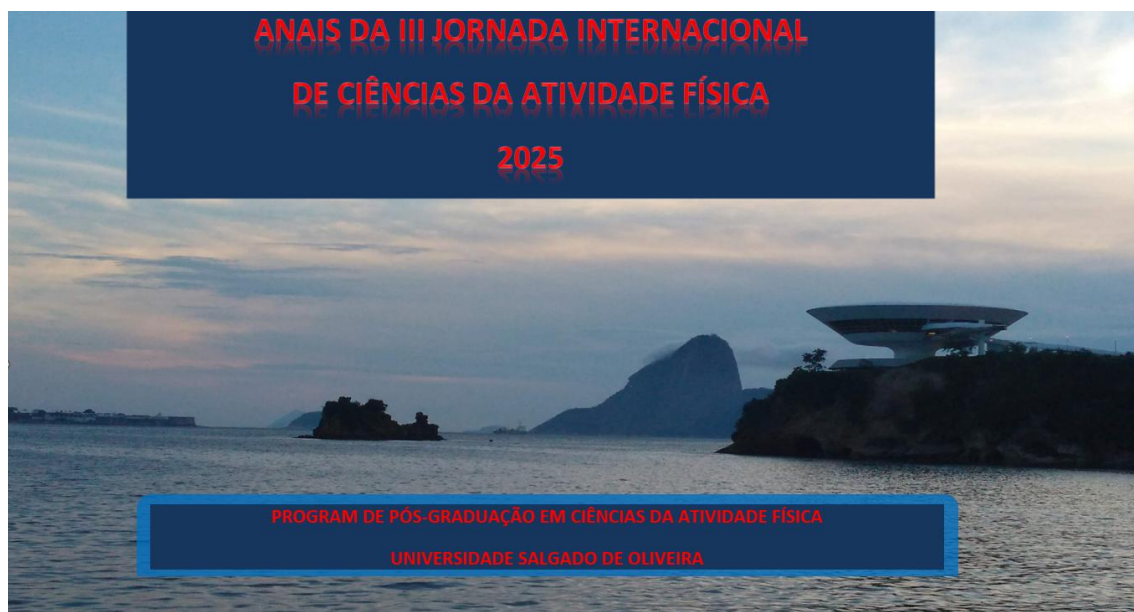
Institution: Salgado de Oliveira University

Address: Niterói, Rio de Janeiro, Brazil

E-mail: jaquesson.serpa@hotmail.com@outlook.com

ABSTRACT

The United Nations uses sport and Physical Education as tools in its humanitarian efforts to foster sustainable development and peace. The International Charter of Physical Education and Sport asserts the right to participate in Physical Education and sport for everyone, recognizing their role in individual and societal growth. Agenda 2030 includes 17 Sustainable Development Goals, with sport contributing to these goals. The Common National Curriculum Base aligns with Agenda 2030, focusing on sustainability competencies but lacks detailed implementation strategies due to ideological challenges. This study investigates how Physical Education contributes to these Sustainable Development Goals through a literature review of relevant journal articles from 2015 to 2023, selected via Google Scholar. The findings reveal diverse connections between Physical Education and the Sustainable Development Goals, with some articles linking Physical Education to specific goals and others to multiple goals. Key findings



Anais da III Jornada Internacional de Ciências da Atividade Física - 2025. Organizado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física - UNIVERSO, Niterói, RJ.

Manual de Boas Práticas para Projetos Esportivos Sociais

Autores: Jaquesson Serpa e Renata Osborne

Introdução

O esporte tem se consolidado nas últimas décadas como uma importante ferramenta de promoção da cidadania, do desenvolvimento humano e da inclusão social. Reconhecido constitucionalmente como direito de todos, ele assume papel estratégico nas políticas públicas e nas iniciativas comunitárias voltadas à redução das desigualdades. Em especial, os projetos esportivos sociais se destacam como espaços de convivência, aprendizado e formação de valores éticos e cooperativos, fortalecendo vínculos sociais e ampliando oportunidades. No entanto, muitas dessas iniciativas ainda carecem de diretrizes metodológicas e éticas que assegurem a continuidade, a qualidade e o impacto de suas ações, evidenciando a necessidade de um instrumento orientador capaz de padronizar e aprimorar práticas pedagógicas e de gestão.

Objetivo

Elaborar um Manual de Boas Práticas para Projetos Esportivos Sociais com a finalidade de orientar gestores, educadores e monitores na implementação de ações esportivas voltadas à inclusão, à cidadania e ao desenvolvimento humano. O material busca consolidar princípios pedagógicos, administrativos e éticos que garantam coerência, segurança e sustentabilidade aos projetos sociais esportivos.

Metodologia

Esse estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas, legislações e programas esportivos nacionais. Foram considerados documentos como a Política Nacional de Esporte Educacional e as Diretrizes da UNESCO para a Educação Física de Qualidade, além de contribuições teóricas de autores como Freire (2018), Minayo (2014), Yin (2016) e Tubino (2010). A metodologia envolveu quatro etapas principais: levantamento teórico, mapeamento de boas práticas existentes, formulação das diretrizes pedagógicas e validação das recomendações propostas. O processo buscou integrar teoria e prática, resultando em um material técnico, aplicável e acessível.

Manual de Boas Práticas para Projetos Esportivos Sociais

Curso: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS DA ATIVIDADE FÍSICA

Autor: JAQUESSON SERPA

OBJETIVO

Desenvolver um Manual de Boas Práticas voltado à orientação de gestores, professores e monitores na condução de projetos esportivos sociais, com foco na promoção da inclusão, cidadania e desenvolvimento humano. O material propõe diretrizes pedagógicas, éticas e administrativas que garantem coerência, segurança e sustentabilidade às ações esportivas em contextos de vulnerabilidade, fortalecendo a prática do esporte como direito social e ferramenta de transformação comunitária.

JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

O esporte é reconhecido como um importante instrumento de inclusão social, formação cidadã e valorização da diversidade. Em comunidades vulneráveis, os projetos esportivos sociais se destacam por promover convivência, disciplina, solidariedade e cooperação. Contudo, muitas dessas iniciativas carecem de sistematização, o que compromete sua continuidade e efetividade. Assim, a criação de um Manual de Boas Práticas é essencial para padronizar metodologias, fortalecer a gestão e assegurar práticas éticas e seguras. A relevância deste trabalho está em contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e no fortalecimento do esporte como espaço educativo, participativo e integrador.

MÉTODO

O estudo foi desenvolvido com base em abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas, legislações e experiências de programas esportivos nacionais e internacionais. Foram consultadas fontes como a Política Nacional de Esporte Educacional (BRASIL, 2017) e as Diretrizes da UNESCO para a Educação Física de Qualidade (2019), além de autores como Freire (2018), Minayo (2014), Tubino (2010) e Yin (2016). A metodologia envolveu quatro etapas: levantamento teórico, análise de boas práticas, formulação das diretrizes e estruturação de protocolos de condução. O processo buscou unir teoria e prática para oferecer um material técnico e aplicável à realidade dos projetos esportivos sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Manual de Boas Práticas foi estruturado em quatro eixos principais: educação pelo esporte, diversidade e inclusão, participação comunitária e segurança e salvaguarda. Cada eixo apresenta princípios orientadores e estratégias metodológicas que valorizam a ética, a cooperação e a formação integral dos participantes. Os resultados indicam que a adoção dessas diretrizes potencializa o impacto social dos projetos, melhora sua gestão e amplia o alcance das ações educativas. Além disso, o manual reforça a importância da articulação entre esporte, educação e políticas sociais como caminho para a construção de uma cultura de paz e de inclusão efetiva.

CONCLUSÃO

O Manual de Boas Práticas para Projetos Esportivos Sociais configura-se como um instrumento inovador e essencial para o fortalecimento da gestão e da prática pedagógica em programas sociais. Sua aplicação promove maior coerência, padronização e sustentabilidade nas ações esportivas, contribuindo para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. O documento reafirma o papel do esporte como direito fundamental e como espaço formativo capaz de gerar impacto positivo nas dimensões social, educacional e comunitária, tornando-se uma referência para gestores, educadores e políticas públicas de esporte e lazer.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional de Esporte Educacional**. Brasília, 2017.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física, esporte e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2019.

COELHO, Maria Isabel da Silva. **Esporte, educação e cidadania: caminhos para a inclusão social**. Brasília: MEC, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PAES, Roberto Rodrigues. **Educação pelo esporte: teorias e práticas inclusivas**. Curitiba: CRV, 2021.

PNUD. **Adas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2022.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez, 2010.

UNESCO. **Diretrizes internacionais sobre educação física de qualidade**. Paris: UNESCO, 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

ZUCCOLOTTO, Marcos; SILVA, Andréa A. da. **Gestão de projetos esportivos e sociais: práticas e desafios contemporâneos**. São Paulo: InterSaberes, 2023.



II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E PESQUISA EM SAÚDE DE ITABORAÍ

Tema: Da Prática à Pesquisa: Inovação e Produção Científica na Rede de Saúde

ANAIS
25 de novembro de 2025

Realização

Prefeitura Municipal de Itaboraí-RJ | PMI
Secretaria Municipal de Saúde de Itaboraí-RJ | SEMSA
Núcleo de Educação Permanente e Pesquisa em Saúde | NEPPS

Apoio

Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro | SES-RJ



Prefeitura de
Itaboraí
Viver e Transformar



Secretaria de
Saúde **NEPPS**

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS PARA PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS

Jaquesson Serpa¹
Renata Osborne²

¹Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física | UNIVERSO – RJ

² Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física | UNIVERSO – RJ.
Doutora em Liderança Educacional | *Florida Atlantic University* – EUA

INTRODUÇÃO

O esporte tem se consolidado nas últimas décadas como uma importante ferramenta de promoção da cidadania, do desenvolvimento humano e da inclusão social. Reconhecido constitucionalmente como direito de todos, ele assume papel estratégico nas políticas públicas e nas iniciativas comunitárias voltadas à redução das desigualdades.

Em especial, os projetos esportivos sociais se destacam como espaços de convivência, aprendizado e formação de valores éticos e cooperativos, fortalecendo vínculos sociais e ampliando oportunidades. No entanto, muitas dessas iniciativas ainda carecem de diretrizes metodológicas e éticas que assegurem a continuidade, a qualidade e o impacto de suas ações, evidenciando a necessidade de um instrumento orientador capaz de padronizar e aprimorar práticas pedagógicas e de gestão.

OBJETIVO

Elaborar um Manual de Boas Práticas para Projetos Esportivos Sociais com a finalidade de orientar gestores, educadores e monitores na implementação de ações esportivas voltadas à inclusão, à cidadania e ao desenvolvimento humano.

O material busca consolidar princípios pedagógicos, administrativos e éticos que garantam coerência, segurança e sustentabilidade aos projetos sociais esportivos.

METODOLOGIA

Esse estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas, legislações e programas esportivos nacionais. Foram considerados documentos como a Política Nacional de Esporte Educacional e as Diretrizes da UNESCO para a Educação Física de Qualidade, além de contribuições teóricas de autores como Freire (2018), Minayo (2014), Yin (2016) e Tubino (2010).

A metodologia envolveu quatro etapas principais: levantamento teórico, mapeamento de boas práticas existentes, formulação das diretrizes pedagógicas e validação das recomendações propostas.



O ESPORTE COMO FERRAMENTA DE SUPERAÇÃO E INCLUSÃO NO PROJETO SAPECA

Jaquesson Serpa*; Renata Osborne

¹Universidade Salgado de Oliveira, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física, Niterói, RJ, Brasil.

E-mail: jaquesson.serpa@hotmail.com

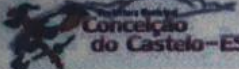
RESUMO

A pesquisa discute o papel do esporte como instrumento de inclusão social e desenvolvimento humano em contextos de vulnerabilidade. A pesquisa justifica-se pela relevância social das políticas e iniciativas esportivas voltadas para crianças e adolescentes em situação de risco, destacando o potencial do esporte educacional como estratégia de promoção de valores, convivência social e oportunidades de desenvolvimento. O objetivo desse estudo é analisar o desenvolvimento do Projeto Sapeca de Conceição do Castelo - ES na formação de crianças e adolescentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como estudo de caso, fundamentada na perspectiva metodológica proposta por Yin. Como procedimentos de coleta de dados, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com o coordenador do projeto, os estagiários e os ex-participantes, selecionados por meio da técnica de amostragem "bola de neve", além da observação dos participantes nas atividades desenvolvidas. O projeto de pesquisa recebeu a anuência da Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social e do coordenador do Projeto Sapeca e aguarda a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Salgado de Oliveira para prosseguir com as entrevistas e observações planejadas. O projeto atende aproximadamente 200 crianças e adolescentes, oferecendo atividades esportivas e educativas no contraturno escolar. A origem do Projeto SAPECA está diretamente vinculada à sua constituição como política pública municipal, estruturada a partir da articulação entre as secretarias de Assistência Social, Educação e Esporte. Conforme os documentos, o projeto foi criado para enfrentar vulnerabilidades sociais de crianças e adolescentes em Conceição do Castelo, com ações no contraturno escolar e atuação em rede com parceiros locais. Assim, o Projeto SAPECA se consolida como uma iniciativa alinhada às políticas públicas de proteção social.

Palavras-chave: Inclusão Social; Desenvolvimento Humano; Esporte.

Anexo C – Ficha de Cadastramento

FICHA 02



CONCEIÇÃO DO CASTELO
PREFEITURA MUNICIPAL

Estado do Espírito Santo

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO,
 ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO
 ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AUTORIZAÇÃO PARA A PRÁTICA ESPORTIVA

EU, _____, portador (a) do CPF nº _____, residente à _____, inscrito no Projeto SAPECA - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE de Conceição do Castelo - ES, matrícula nº _____, pelo presente termo:

- 1- Declaro que o menor supracitado não possui nenhum problema de saúde que o impossibilite de praticar esportes, bem como para outras atividades correlatas (caso o menor possua algum problema de saúde que necessite de atenção especial, ou que faça uso de algum medicamento, favor preencher a ficha 02 A);
- 2- Declaro estar ciente que, em caso de acidente de qualquer natureza, a Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo - ES, estará disponibilizando o atendimento emergencial no local e que a continuidade do tratamento será feito pelo Sistema único de Saúde ou por minha inteira responsabilidade;
- 3- Declaro estar ciente que estarei recebendo um informativo sobre o horário em que o menor estará participando das atividades do Projeto o que é de minha inteira responsabilidade a sua locomoção até o mesmo e o seu retorno para casa
- 4- Declaro ainda, estar ciente e de pleno acordo com o Regulamento Interno do Projeto e
- 5- Autorizo ao menor supracitado, a participar das atividades a serem desenvolvidas pelo projeto SAPECA.

Conceição do Castelo- ES, _____ de _____ de 2013.

 Assinatura do Pai, Mãe ou responsável

Endereço: Avenida Harvey Vargas Grilo, S/N - Centro - Conceição do Castelo - ES



CONCEIÇÃO DO CASTELO PREFEITURA MUNICIPAL

Estado do Espírito Santo

SERVIÇOS ASSISTÊNCIAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
Administração 2013-2016

FOTO 3X4

RECENTE

COLAR AQUI

FICHA CADASTRAL 01

DADOS DO PARTICIPANTE

NOME COMPLETO:			
DATA DE NASCIMENTO:	TELEFONE:	CELULAR:	CEP: 29.370-000
NOME DOS PAIS: PAI:		MÃE:	
ENDEREÇO:			
BAIRRO:		CIDADE: CONCEIÇÃO DO CASTELO	
EMAIL:			
NOME DA ESCOLA QUE ESTUDA:		SÉRIE/GRAU:	HORÁRIO:

ANAMNESE DO ALUNO

PROBLEMAS DE SAÚDE:	QUAL?	SITUAÇÕES DURANTE A PRÁTICA DE ESPORTES:
() SIM () NÃO		DOR DE CABEÇA ()
USO DE MEDICAMENTOS:	QUAL?	TONTURA ()
() SIM () NÃO		FALTA DE AR ()
ALERGIA:	A QUÊ?	HEMORRAGIA NASAL ()
() SIM () NÃO		OUTROS ()
PRESSÃO SANGÜÍNEA:	ANTES DA PRÁTICA:	DEPOIS DA PRÁTICA:
PESO:	ALTURA:	

JAN	FEV	MÇO	ABR	MAI	JUN	JAN	FEV	MÇO	ABR	MAI	JUN
JAN	FEV	MÇO	ABR	MAI	JUN	JAN	FEV	MÇO	ABR	MAI	JUN

OBSERVAÇÕES

QUAIS MODALIDADE(S) ESPORTIVA(S) GOSTARIA DE PRATICAR ?

1-----2-----3-----

HORÁRIO DE FREQUÊNCIA NO PROGRAMA:

DIAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
HORÁRIOS					

ANEXO D – Termo de autorização para disponibilização de trabalhos científicos**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS**

O discente da ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – ASOEC, mantenedora da UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - UNIVERSO, com sede na cidade de Niterói - RJ, à rua Marechal Deodoro, 217 – Bloco A, inscrita no CNPJ sob o nº 28.638.393/0003-44, na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho indicado abaixo, nos moldes da Lei nº. 9610/98, ao assinar o presente termo, ato esse de livre vontade, **AUTORIZA** que:

A Universidade Salgado de Oliveira - UNIVESO publique, de forma gratuita, por tempo indeterminado, em ambiente digital institucional, sem qualquer tipo de ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral do Trabalho de Conclusão de Curso descrito abaixo, em formato PDF e/ou outro que identifique ser mais adequado, a título de divulgação da produção científica gerada pela Instituição de Ensino Superior.

Nome do discente/autor: Jaquesson Serpa

Curso: Mestrado em Ciência da Atividade Física

Título do Trabalho de Conclusão de Curso: O esporte como ferramenta de superação e inclusão no projeto Sapeca

Endereço: Rua Adalto Ferreira da Mota CPF: 101.552.047-26 RG: 1.696.819

E-mail: jaquesson.serpa@hotmail.com Telefone: (28) 99886 - 5669

O discente está ciente quanto a sua responsabilidade de originalidade e que detém o direito de disponibilizar a obra indicada nesta autorização, conforme art. 30, da Lei 9.610/98, sendo, conduto, vedada a cópia/plágio de trabalhos de terceiros. Assim, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes a divulgação/reprodução/cópia/exposição/venda de seu conteúdo, sem autorização do titular dos direitos autorais, serão de inteira responsabilidade do infrator e de iniciativa exclusiva do discente/autor.

Niterói, 02 de setembro de 2025.


Discente

Anexo E - Relatório de autenticidade da dissertação

Arquivo de entrada: Dissertação Jaquesson.docx (15856 termos)

Candidato	Termos comuns	Semelhança	Agrupamento	
escola.mpu.mp.br/pesquisasepublicacoes/publicacoes/catalogo-de-obras/obras-avulsas/direitos-fundamentais-e...	2000	Moderada	Baixo	Visualizar
pos.uel.br/psicologia/wp-content/uploads/2025/04/Psicologia-e-Assistencia-Social-reflexoes-praticas-e-desafios-f...	1598	Moderada	Baixo	Visualizar
educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/737283/1/a-pratica-pedagogica-e-as-concepcoes-de-ensino-aprendizag...	1193	Baixa	Moderado	Visualizar
repositorio.ufms.br/retrieve/0ecc8624-3ef7-40f4-a679-25ad1c2b12/25495.pdf	429	Baixa	Moderado	Visualizar
books.scielo.org/id/nfxby/pdf/vago-9786586383829-14.pdf	254	Baixa	Moderado	Visualizar
books.scielo.org/id/jnj37/pdf/silva-9786586545722.pdf	1456	Baixa	Baixo	Visualizar
basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf	972	Baixa	Baixo	Visualizar
ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas_de_juventude1.pdf	651	Baixa	Baixo	Visualizar
rsdjournal.org/rsd/article/download/47687/37576/491223	523	Baixa	Baixo	Visualizar
site.conpedi.org.br/publicacoes/6h25op4f/ohz6j044/T2401IT4AcIO5RSf.pdf	414	Baixa	Baixo	Visualizar

Arquivos com problema de download

<https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Espportes-poli'ticas-pu'blicas-e-inclusa~o-social.pdf>

Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - (22) The requested URL returned error: 404; [csu] timeout

<https://revistaeducacao.com.br/2025/03/21/escolas-acolhedoras>

Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - (22) The requested URL returned error: 500; [csu] timeout

<https://revistaeducacao.com.br/2024/03/15/educacao-inclusiva-estrategias-pedagogicas>

Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - (22) The requested URL returned error: 500; [csu] timeout

Arquivos com problema de conversão

<https://iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/CADERNO-II-Aulas-Estruturadas-de-Projeto-de-Vida.compressed.pdf>

Não foi possível converter o arquivo. É recomendável converter o arquivo para texto manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos).: Erro ao tentar converter: Page tree root must be a dictionary

<https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/09/Licitacoes-e-Contratos-Orientacoes-e-Jurisprudencia-do-TCU-Sa-Edicao-29-08-2024.pdf>

Não foi possível converter o arquivo. É recomendável converter o arquivo para texto manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos).: Erro ao tentar converter: Missing root object specification in trailer.

Idioma da busca: Português